



Reunião da A.M.T.S.M. 02/07/2015

Decisão

Aprovado. Remeter à A.I.

*[Handwritten signature]*

Reunião da A.M.T.S.M. 02/07/2015  
Decisão  
Aprovado

*[Handwritten signature]*

**DOCUMENTOS DE**  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS**  
**CONSOLIDADAS**  
**GRUPO AUTÁRQUICO**  
**AMTSM**

**EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014**

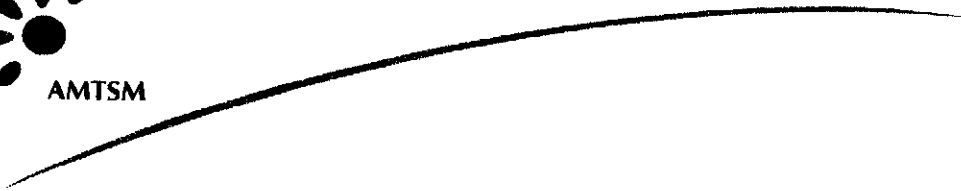
(Este documento é constituído por 61 páginas, devidamente numeradas, de 1 a 61)

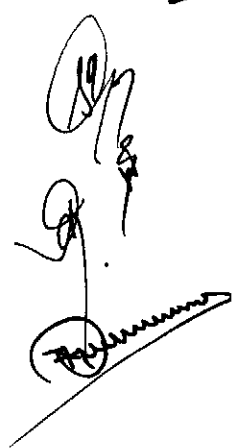
**RELATÓRIO DE GESTÃO**

Consolidado Contas Grupo Autárquico

AMTSM

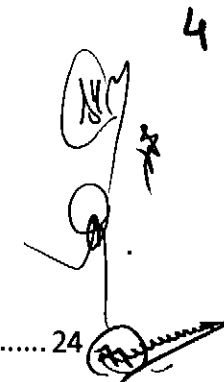
*[Handwritten signatures and marks on the right margin]*





## Índice

1.	<i>INTRODUÇÃO</i> .....	4
2.	<i>ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS</i> .....	6
2.1.	Sistema de Tratamento de Águas Residuais .....	6
1)	ETAR de Ossela .....	7
2)	Estação e Conduta Elevatória Final .....	7
3)	Emissário de Transporte de Lixiviados e de S. Pedro de Castelões .....	8
4)	ETAR do Salgueiro .....	8
2.2.	Assistência Técnica do ON.2 .....	9
2.3.	Documento estratégico e preparação de candidaturas QREN 2014-2020 .....	10
2.4.	Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM) .....	11
1)	Introdução .....	11
2)	Projecto .....	11
3)	Empreitada .....	12
4)	Terrenos .....	15
5)	Financiamento .....	16
2.5.	Centro de Recolha /Canil .....	17
2.6.	Educação .....	19
2.7.	Sistemas de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA) – POFC - Compete .....	20
2.8.	Formação Profissional Projecto nº 075420/2012/34 .....	22
2.9.	Transportes e Comunicações .....	22
2.10.	Caminhos de Fátima .....	23
2.11.	Programa de dinamização da acção social (PDAS) .....	24



3.	<i>RECURSOS HUMANOS—GRUPO AMTSM</i> .....	24
3.1.	Mapa de Pessoal .....	24
3.2.	Programa Estágios Emprego (Portaria n.º 204/2013, de 18/06) – IEFP .....	25
4.	<i>ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – CONSOLIDADO CONTAS AMTSM E PERM, EIM</i> .....	25
4.1.	Análise da Demonstração Resultados - Consolidado Contas AMTSM e PERM, EIM .....	25
	•a) Custos e Perdas .....	26
	•b) Proveitos e Ganhos .....	31
	•c) Resultados .....	33
4.2.	Análise Balanço – Consolidado Contas AMTSM e PERM, EIM.....	35
	Análise .....	37
	Indicadores – Consolidado Contas AMTSM e PERM, EIM .....	37
4.3.	Análise Indicadores – Consolidado Contas AMTSM e PERM, EIM .....	37
5.	<i>FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO</i> .....	40
6.	<i>EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE</i> .....	40
7.	<i>ADMINISTRAÇÃO FISCAL E SEGURANÇA SOCIAL</i> .....	41
8.	<i>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</i> .....	41

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a circled signature and the number 5.

Nos termos do estabelecido pelo artigo 75º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, vimos pelo presente apresentar o Relatório de Gestão referente à Consolidação de Contas de 2014 para o Grupo Autárquico, constituído pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM) (NIF: 501 651 888) e a empresa-filha Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, EIM (PERM, EIM) (NIF: 509 042 201), detida pela AMTSM em 51% do seu capital.

Em conformidade com a legislação em vigor, apresentamos de seguida o Relatório de Gestão Consolidado referente ao exercício de 2014.

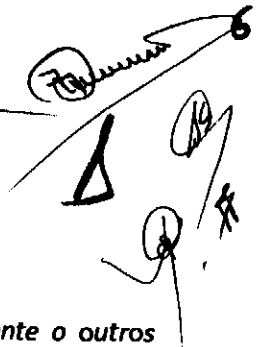
## 1. INTRODUÇÃO

A apresentação do Relatório e Contas Consolidadas do grupo autárquico, AMTSM e PERM, EIM, nos termos das alterações legislativas decorrentes da entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, constitui um momento marcante para a avaliação do grupo como um todo, pois 2014 será o primeiro ano em que será elaborada a Consolidação de Contas.

Assim, e nos termos da legislação em vigor, de acordo com a Nota Explicativa "Consolidação de Contas pelos Municípios", do SATAPOCAL de Maio de 2015, que passamos a citar:

*Por fim, importo salientar que, nos referidos instruções do SATAPOCAL foi expressamente assumido (ponto 4.7., sob o epígrafe de " Disposições transitórias para o exercício de 2010 ") que o referido exercício devio " (...) ser considerado como o " ano zero " do consolidação de contas no subsector dos outorquios locais ", pelo que se consogrou, designadamente, que não ero " (...) exigível o opresentação, para efeitos de comparação, de informação financeiro consolidado reportado oo início do exercício. "*

*Oro, esto questão volto o suscitor-se com o olteração muito relevante do regime do consolidação promovido pela RFALEI, do que resulto, por um lado, que alguns municípios e entidades intermunicipois e ossociotivos municipais são obrigodos o opresentor contos consolidados pelo*



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a circled '7', a triangle, and other markings.

*primeira vez relativamente ao exercício de 2014 e, por outro lado, que relativamente a outros municípios (que já eram obrigados a apresentar contas consolidadas) pode ocorrer uma modificação significativa do perímetro de consolidação face ao do ano anterior.*

*Numa perspectiva de custo/benefício, mas principalmente atendendo à utilidade e ao interesse público que estão subjacentes às questões suscitadas, entendemos que, relativamente às contas consolidadas do exercício de 2014, a solução a adotar neste contexto deve ser a seguinte:*

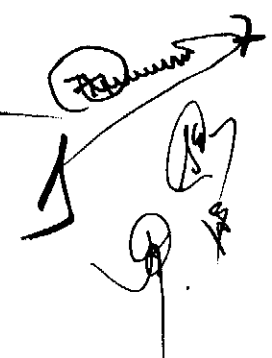
- ✓ *Aos municípios e às entidades intermunicipais e associativas municipais que, de acordo com o quadro legal, sejam obrigados a apresentar contas consolidadas pelo primeiro vez deve ser aplicado a exceção transitória consagrada no ponto 4.7. da Orientação do SATAPOCAL a que aludimos, ou seja, não é exigível a apresentação, por efeitos de comparação, de informação financeira consolidada repartida ao início do exercício referido, ou seja, ao final do exercício anterior;*

Pelo exposto concluímos que apesar, não ser obrigatório apresentar o comparativo de 2013, contudo, para uma melhor análise das demonstrações financeiras ir-se-á apresentar.

Para o Grupo Autárquico, o exercício económico de 2014 foi caracterizado essencialmente pela continuidade de projectos provenientes de 2013, quer para a AMTSM, quer para a PERM, EIM.

No que se refere à AMTSM, destaque para a conclusão do "Documento Estratégico de Apoio ao Novo QREN 2014-2020" onde, em traços gerais, se pretende desenvolver um trabalho de monitorização e acompanhamento do processo de implementação das políticas públicas relativas ao espaço do EDV, apurando as realizações, actualizando as iniciativas e projectos ainda pendentes e registando os ajustamentos e reformulações que o tempo e as circunstâncias tiverem determinado e que os municípios entenderem adequados, assim como preparar e desenvolver iniciativas e estruturar propostas, nomeadamente de carácter supra e intermunicipal para o Portugal 2020, quer ao programa regional quer a programas nacionais;

Destaque ainda para a continuidade do contrato de "Prestação de Serviços de Operação e Manutenção dos Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais da AMTSM" celebrado entre a AMTSM e a Luságua, S.A..



No que se refere à PERM, EIM, a destacar o seguinte:

- ✓ A 31 de Dezembro, foi elaborado o auto n.º 25, relativo aos trabalhos executados, com o valor de 119.670 € e aprovado pela fiscalização. Com este auto de medição a obra atingiu uma percentagem de acabamento de 98,70%;
- ✓ Uma vez que se verifica um atraso ligeiro dos trabalhos realizados na obra, relativamente ao Plano de Trabalhos previsto, constata-se igualmente que a facturação acumulada de 10.607.387,00 € (98,70%) evidencia um ligeiro desvio para o período em questão (1,30%).
- ✓ Em 2014 foi ainda adjudicada a empreitada de execução do Centro de Acolhimento do PERM (CAPERM), tendo ocorrido o respectivo Auto de Consignação no passado dia 20 de Janeiro, com um prazo de execução de seis meses. Trata-se de um edifício que pretende ser um espaço multifuncional e flexível, que actuará como ponto de recepção e de centro operacional e logístico do próprio Parque

De seguida, descreve-se o que de mais relevante ocorreu no exercício de 2014, começando pelas actividades desenvolvidas pelo grupo autárquico, AMTSM e pela PERM; EIM, passando por uma breve referência aos recursos humanos e terminando com a análise da situação económica e financeira.

## **2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS**

Neste item, pretende-se descrever de uma forma genérica as principais actividades levadas a pelo grupo autárquico, AMTSM e pela PERM, EIM, a saber:

### **2.1. Sistema de Tratamento de Águas Residuais**

Tal como em anos anteriores, a AMTSM continuou a fazer o acompanhamento e validação do funcionamento das suas infra-estruturas, nomeadamente as ETAR's, a Estação Elevatória e os Emissários,

tendo sido realizadas as beneficiações que se verificaram necessárias para as dotar das melhores condições de funcionamento.

Na verdade, a AMTSM possui um conjunto de emissários com cerca de 20 km de extensão, assim como duas estações de tratamento (Ossela e Salgueiro) que servem os municípios de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra.

Dada a complexidade do sistema e exigência de recursos humanos, quer em número de técnicos, quer nas suas qualificações técnicas a AMTSM decidiu que a gestão do sistema fosse realizada através da prestação de serviços que assegurem a operação e a manutenção dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais; neste momento a prestação de serviços está a cargo da empresa Luságua, S.A..

O ano de 2014, caracterizou-se pela continuidade da “Prestação de serviços de Operação e Manutenção do Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais da AMTSM”, que terminará em Dezembro de 2016, estando previsto o início da preparação de novo procedimento para prestação de serviços e necessária análise, através de Estudos Técnicos, nomeadamente Plano de Validação Hidráulica.

A prestação de serviços abrange as infra-estruturas que seguidamente se enumeram:

### **1) ETAR de Ossela**

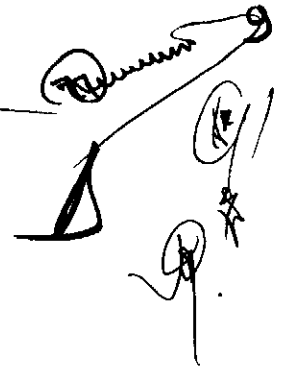
Os encargos da exploração serão liquidados pela AMTSM, que os fará repercutir sobre os Municípios utilizadores, sendo a repartição dos custos fixos efectuada de acordo com a população – equivalente; os custos variáveis, por sua vez, serão repartidos de acordo com as medições de caudal, reportados a cada Município.

A descarga de efluentes por parte de empresas e particulares nas duas ETAR's (do Salgueiro e de Ossela), é autorizada tendo em conta o tipo de efluente, sendo cobrada uma taxa de € 50,00 por dia de descarga e uma tarifa de € 1,06/m<sup>3</sup> de efluente a tratar, conforme deliberação da Assembleia Intermunicipal de 27 de Novembro de 2003.

### **2) Estação e Conduta Elevatória Final**

No decurso do exercício económico de 2014, estes equipamentos funcionaram normalmente, não tendo sido necessária qualquer reparação, isto é, não houve encargos acrescidos com estes equipamentos.





### 3) Emissário de Transporte de Lixiviados e de S. Pedro de Castelões

No decurso do exercício económico de 2014, este equipamento funcionou normalmente, não tendo sido necessária qualquer reparação, isto é, não houve encargos acrescidos com este equipamento.

### 4) ETAR do Salgueiro

Os encargos da exploração serão liquidados pela AMTSM, que os fará repercutir sobre os Municípios utilizadores, sendo a repartição dos custos fixos efectuada de acordo com a população – equivalente; os custos variáveis, por sua vez, serão repartidos de acordo com as medições de caudal, reportados a cada Município.

No seguimento do interesse manifestado pelo Município de Santa Maria da Feira em utilizar a ETAR do Salgueiro e todo o seu Sistema, que passou a ser designado por *Sistema de Tratamento de Águas Residuais do Salgueiro*, e após reunião com os técnicos dos Municípios envolvidos foram aprovadas as percentagens de afectação da infra-estrutura aos municípios e a respectiva repartição de custos, conforme se segue:

- a) *ETAR DO SALGUEIRO* – 42,75% (€ 1.003.175,18) ao Município de São João da Madeira; 48,25% (€ 1.132.015,40) ao Município de Oliveira de Azeméis; e 9,00% (€ 211.198,47) ao Município de Santa Maria da Feira;
- b) *EMISSÁRIOS NASCENTE E POENTE* – 63,60% (€ 1.082.397,97) ao Município de São João da Madeira; 18,55% (€ 315.699,41) ao Município de Oliveira de Azeméis; e 17,85% (€ 303.786,22) ao Município de Santa Maria da Feira;
- c) *EMISSÁRIO FINAL* – 51,11% (€ 169.838,11) ao Município de São João da Madeira; 38,13% (€126.705,67) ao Município de Oliveira de Azeméis; e 10,76% (€35.755,39) ao Município de Santa Maria da Feira.

No âmbito da ampliação das redes e do seu melhoramento no decurso do ano de 2014, foi concluída a Empreitada "*Prolongamento do Emissário Poente (troço A - coixo 14 à coixo 36; troço B - coixo 0B à coixo 17B)*", adjudicada à empresa Paviazeméis, L.da, Construções pelo valor de € 103.026,20, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no montante total de € 109.207,77. Assim, foi facturado e pago o valor de € 23.494,62 (IVA incluído) e efectuado o estorno de € 3.445,00 (€ 3.250,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor).

Contudo, um aspecto relevante a ter em linha de conta para o futuro deste Sistema é o fato da vida útil das infra-estruturas que constituem os subsistemas já contarem com cerca de 30 anos onde, ainda se verifica uma taxa de infiltração significativa, pese embora as intervenções de reabilitação efectuadas.

Julga-se, portanto, oportuno que se faça uma reanálise ao desempenho de todo o Sistema para eventuais acertos ou ajustamentos que se entendam como necessários e mais adequados à realidade existente, com a possibilidade da tipologia de trabalhos necessários à reabilitação do sistema, nas suas múltiplas vertentes, estar perfeitamente enquadrado nas tipologias das operações integradas na Gestão Eficiente do Ciclo Urbano da Água, conforme artigo 95º da Portaria n.º S7-B/2015 de 27 de Fevereiro (Regulamento específico do domínio da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos – POSEUR), estando a AMTSM a preparar uma candidatura àqueles fundos.

## 2.2. Assistência Técnica do ON.2

À semelhança do que sucedeu nos anos anteriores a Área Metropolitana do Porto (AMP) e a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM) celebraram um Protocolo de Colaboração, com o objectivo de partilhar recursos e meios, na congregação de interesses e concertação de actividades e capacidades de cada um dos colaboradores tendentes à concretização da assistência técnica no âmbito do Contrato de Delegação de Competências por Subvenção Global do QREN.

A AMTSM assegurou em 2014, a coordenação territorial na região NUT III do Entre o Douro e Vouga na Estrutura de Apoio Técnico da Área Metropolitana do Porto (AMP), empenhando-se, neste âmbito, com a concretização de funções de gestão, administrativas, técnicas e financeiras, de natureza transversal à estrutura de gestão da AMP, contando com isso com a experiência da AMTSM nestas actividades.

Pela disponibilização dos recursos afectados, a Área Metropolitana do Porto transferiu para a AMTSM o montante de € 60.000, em três tranches.

O ano de 2014 foi de preparação para o processo de fecho das diversas operações, prevendo-se a sua conclusão até ao final do ano de 2015.

A AMTSM tem acompanhado este processo, com particular interesse, sendo prioritário dentro das suas atribuições, procedendo sempre para que os fluxos financeiros ocorram com a maior celeridade possível e actuando sempre com o objectivo de prestar o melhor serviço possível, nomeadamente com a conclusão das Operações, tentando encurtar o prazo de conclusão com a consequente libertação dos 5 % finais.

O processo de encerramento físico e financeiro, das candidaturas apresentadas ao ON.2 está em curso, prevendo-se o seu encerramento ao longo do 1º semestre de 2015.

Em traços gerais, poder-se-á referir que das 35 Operações financiadas pelo ON2, acompanhadas pela AMTSM, já se encontram encerradas 15.

Entre as operações não encerradas, apenas quatro ainda se encontram em processo de execução.

As restantes 16, dividem-se em três cenários: 2 em processo de encerramento, 9 a aguardar que seja solicitada a visita de acompanhamento final e 5 em que não foram apresentados os relatórios finais e consequente solicitação de visita.

### **2.3. Documento estratégico e preparação de candidaturas QREN 2014-2020**

A AMTSM tem como objectivo estratégico, a promoção e consolidação do desenvolvimento económico e social da região, actuando de modo concertado e integrado nos objectivos prosseguidos pelos municípios do Entre Douro e Vouga.

Nesse sentido a AMTSM, para poder levar a cabo a sua missão, tem necessidade de desenvolver um trabalho de monitorização e acompanhamento do processo de implementação das políticas públicas relativas ao espaço do EDV, apurando as realizações, actualizando as iniciativas e projectos ainda pendentes e registando os ajustamentos e reformulações que o tempo e as circunstâncias tiverem determinado e que os municípios entenderem adequados;

Para isso a AMTSM tem de preparar e desenvolver iniciativas e estruturar propostas para o QREN 2014-2020 (actualmente designado de Portugal 2020), quer ao programa regional quer a programas nacionais, procedendo à actualização do diagnóstico prospectivo da NUTS3 EDV (com especial incidência nas componentes de dinamização económica) e identificando as principais prioridades em termos de tipologias de investimento (municipal, empresarial e supra-municipal) para o período 2014-2020.

Neste contexto é fundamental, identificar as principais fontes de financiamento (QREN e/ou outros instrumentos de política comunitária).

Entretanto, a AMTSM ciente dos evidentes desequilíbrios e manifestas lacunas que se fazem sentir ao nível do ordenamento do território na sub-região do Entre Douro e Vouga tem vindo, conjuntamente com os municípios, a desenvolver vários esforços no sentido de melhorar o desenvolvimento harmonioso e assim promover a coesão territorial e o fortalecimento da competitividade desta sub-região.

Ciente da sua importância como região o EDV, através da AMTSM, elaborou um Documento Estratégico e Preparação de Candidaturas ao QREN 2014-2020 (actualmente designado de Portugal 2020), de forma a salvaguardar os interesses dos seus Municípios Associados, para que o “arranque” do Portugal 2020 proporcione o máximo benefício aos nossos Municípios Associados.

Por outro lado, a necessidade de se identificar as potenciais fontes de financiamento (QREN e/ou outros instrumentos de política comunitária) a par do interesse da existência de uma intermediação, junto das autoridades internacionais, nacionais, sectoriais e regionais, ao nível do esclarecimento global das questões que se possam colocar aquando da operacionalização do Portugal 2020 levou à contratação de uma assessoria para apoio à montagem de candidaturas supra municipais ou intermunicipais ao nível do seu enquadramento prospectivo, organização de parcerias, análise de resultados potenciais;

## **2.4. Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM)**

### **1) Introdução**

A missão da PERM, entidade integrante deste grupo, incide na criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial, incluindo a concepção, construção, comercialização, gestão e exploração do parque empresarial para a recuperação de materiais (PERM) das Terras de Santa Maria; a elaboração de todos os estudos e projectos necessários à concepção, construção gestão e exploração do PERM; o desenvolvimento conjunto de acções que visem a promoção do mesmo, designadamente junto de todos os eventuais interessados em ali sediar a sua empresa; acessoriamente, a sociedade poderá desenvolver actividades e operações relacionadas directa ou indirectamente, no todo ou em parte, com o objecto principal, e adquirir, alienar, onerar, locar ou construir quaisquer outros direitos reais sobre imóveis necessários à prossecução do seu objecto social.

### **2) Projecto**

O Projecto consistia, originariamente, na criação de um parque industrial destinado à ocupação por operadores de Veículos em Fim de Vida, e outras actividades de reciclagem e recuperação de materiais,

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a circled signature and the number 23.

que permitirá congregar no mesmo espaço as actividades dos referidos operadores, proporcionando melhores condições de trabalho e de protecção ambiental. O projecto previa albergar operadores de VFV que realizem uma ou mais das seguintes operações, conforme os materiais em causa: descontaminação, armazenamento provisório, triagem, separação, desmantelamento, entre outras. Acresce ainda o facto de que com a atracção dos operadores de VFV para o Projecto, eliminar-se-iam, em teoria, dezenas de focos de potencial poluição espalhados um pouco por toda a área de influência da AMTSM.

Contudo, face à conjuntura desfavorável que se atravessa é expectável que as actividades de reutilização/valorização de VFV sofram uma forte diminuição. Deste modo, por precaução, providenciou-se a permissão de instalação de outras unidades nos espaços que eventualmente fiquem livres por falta de interessados. Para isso, foi instruído um processo de alargamento de âmbito que foi submetido a parecer da CCDRN tendo merecido concordância do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, através do ofício nº 2123 de 03-05-2012.

### 3) Empreitada

No final de Novembro de 2012, com a necessária documentação legal, deu-se início à obra com alguns movimentos de terras e implantação de estaleiro.

De acordo com o programa de trabalhos apresentado pelo consórcio prevê-se, em termos gerais, a realização dos seguintes trabalhos:

- Movimentos de terras e arruamentos;
- Execução de redes de abastecimento de água;
- Execução de redes de águas residuais e pluviais;
- Execução de infra-estruturas de gás e telecomunicações;
- Execução de redes de iluminação pública;
- Pavimentação;
- Obras acessórias e arranjos exteriores.

Os trabalhos realizados estão a ser acompanhados mensalmente por entidade fiscalizadora externa, Pórtico-Gabinete de Engenharia, Lda., através de um contrato celebrado de "Fiscalização da empreitada,

coordenação de segurança e monitorização ambiental nos termos da DIA do PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria”.

Igualmente, considerando a necessidade de levar a cabo trabalhos arqueológicos e de acompanhamento das obras a realizar no âmbito da implementação do Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria com vista a, nomeadamente, detectar, estudar, salvaguardar e valorizar os bens do património arqueológico que eventualmente se encontrem na área de intervenção do PERM, foi necessário celebrar um contrato de “Aquisição de serviços especializados em arqueologia no âmbito do projecto PERM”.

Tal como já vinha sucedendo, no ano de 2015 continuará a ser necessário o acompanhamento da situação ambiental da obra, com observação das medidas de minimização e monitorização adoptadas de acordo com a Declaração de Impacte Ambiental (DIA).

Para isso, continuará a realizar-se a campanha de recolha de amostras de água subterrânea e superficial, nos pontos de amostragem definidos na DIA, com a elaboração dos respectivos relatórios para monitorização dos efeitos resultantes da construção do PERM, enquanto decorrem as obras.

A exemplo do que aconteceu ao longo do ano de 2014, prevê-se que a Autoridade de AIA continua a realizar auditorias à obra.

Verifica-se que os trabalhos de terraplanagens encontram-se praticamente concluídos, faltando apenas situações pontuais no sector A e o desmonte de rocha no sector B e no sector C. As terraplanagens estavam previstas ter início em Novembro de 2012 e ficarem terminadas em Julho de 2014.

A rede de águas pluviais e rede de águas residuais tiveram início em Novembro de 2013, , faltando unicamente proceder-se às ligações ao sistema municipal.

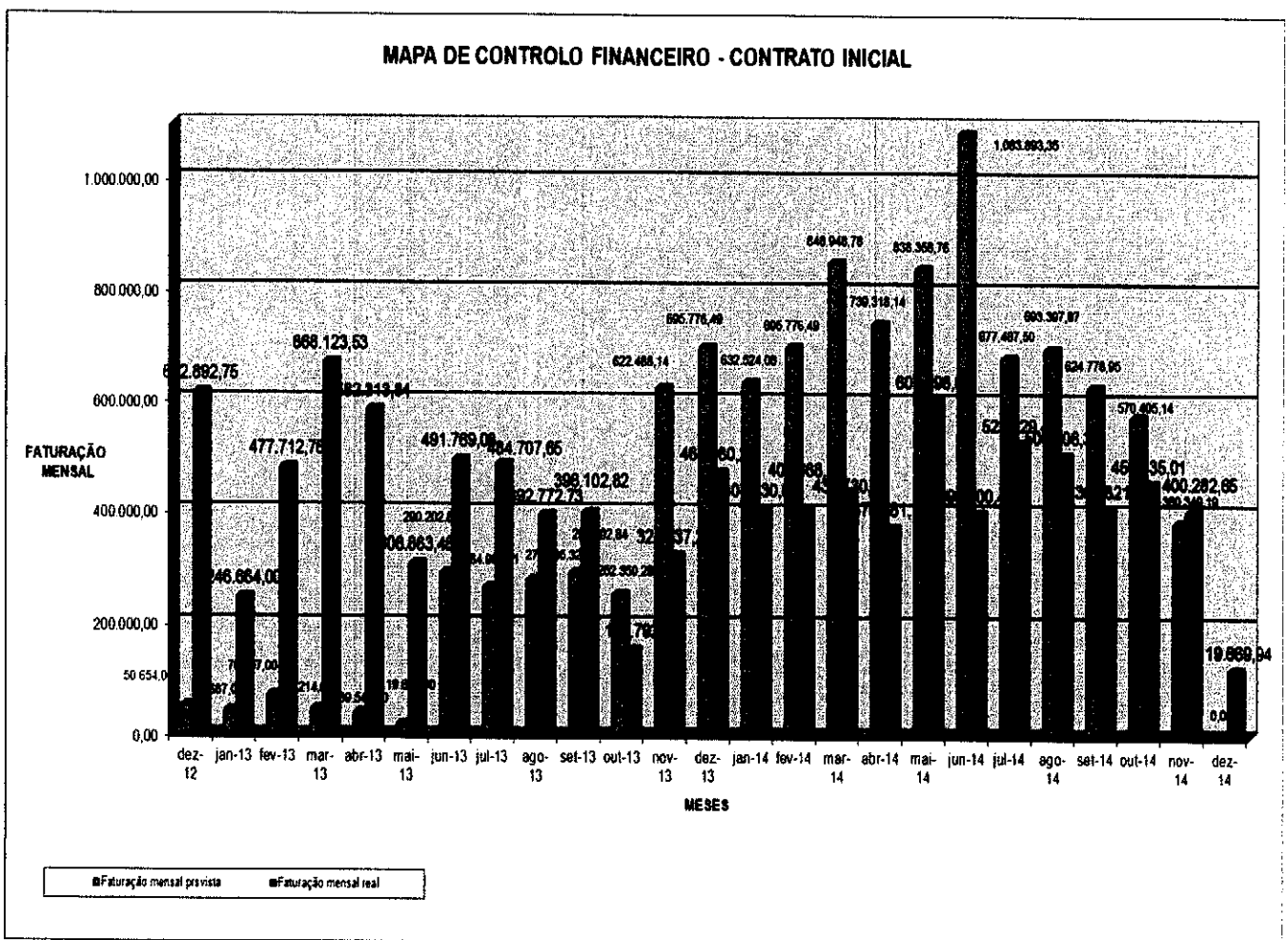
Os trabalhos de aplicação de camadas granulares assim como as obras de pavimentação e de execução de lancis estão praticamente concluídos.

Constata-se que a mão-de-obra que tem estado afecta à realização da obra é suficiente para a execução dos trabalhos em curso. Igualmente, verifica-se que os equipamentos utilizados são suficientes para a execução dos trabalhos em curso.

À data de 31 de Dezembro, foi elaborado o auto n.º 25, relativo aos trabalhos executados, com o valor de 119.670,00 € e aprovado pela fiscalização. Com este auto de medição atingiu-se 98,70% do valor da empreitada.

Uma vez que se verifica um atraso ligeiro dos trabalhos realizados na obra, relativamente ao Plano de Trabalhos previsto, constata-se igualmente que a facturação acumulada de 10.607.387,00 € (98,70%), evidencia um ligeiro desvio para o período em questão (1,30%).

No quadro resumo apresentado pode ser constatada a situação financeira da obra. Em seguida apresentam-se dois gráficos comparativos entre a facturação prevista e a facturação real, em cada mês e acumulada.



Os custos de construção da obra incluem o montante de 260.497,00 € relativo à revisão de preços dos autos de medição de 1 a 9. Por decisão em Conselho de Administração, não foram estimados os custos associados à revisão de preços dos autos de medição em falta, uma vez que o seu pagamento dependerá da sustentabilidade do projecto no futuro, tendo esta decisão sido aceite pelo parceiro privado.

Por motivos idênticos aos mencionados no ponto anterior, não foram estimados nas Demonstrações Financeiras custos com trabalhos adicionais.

Entretanto, ainda no capítulo da construção e no seguimento de concurso público, foi adjudicada a empreitada de execução do Centro de Acolhimento do PERM (CAPERM) tendo ocorrido o respectivo Auto de Consignação no passado dia 20 de Janeiro, com um prazo de execução de seis meses. Trata-se de um edifício que pretende ser um espaço multifuncional e flexível, que actuará como ponto de recepção e de centro operacional e logístico do próprio Parque.

O CAPERM apostará, assim, nas áreas de serviços, acolhimento empresarial de negócios e investigação e produção de conhecimento e apresentação de áreas de negócio. Estas valências, para além de partilharem o espaço físico da infra-estrutura, actuarão de forma integrada, promovendo serviços e uma estratégia comum.

O CAPERM permitirá estabelecer a relação entre o Parque e as empresas que ali se instalarão, pretendendo criar condições de encontro com o mercado e acompanhar as ligações da área de recuperação de materiais e outras áreas que se venham a instalar no Parque com outros sectores estratégicos da economia regional, nomeadamente no âmbito da indústria local, artesanato, novas tecnologias, aproveitamento energético, etc.

Pretende-se, igualmente, que no CAPERM funcionem serviços de apoio aos utilizadores do PERM, quer através da disponibilização de serviços no âmbito do apoio à instalação e constituição de novas empresas, quer disponibilizando serviços comuns (cafetaria e restaurante).

#### 4) Terrenos

O PERM será implantado numa área constituída por 20 parcelas, com uma área total de 432.386 m<sup>2</sup>. O processo de aquisição dos terrenos encontra-se praticamente concluído, faltando conhecer o valor da indemnização da parcela 6, o que será feito através de decisão judicial.



700000000  
17  
△  
R  
L

As parcelas apresentam as seguintes áreas:

Parcela	1	7.948 m2
Parcela	2	14.679 m2
Parcela	3	10.220 m2
Parcela	4	21.898 m2
Parcela	5	91.832 m2
Parcela	6	15.749 m2
Parcela	7	49.805 m2
Parcela	8	61.704 m2
Parcela	9	59.991 m2
Parcela	10	2.735 m2
Parcela	11	1.074 m2
Parcela	12	40.672 m2
Parcela	13	5.956 m2
Parcela	14	9.887 m2
Parcela	15	1.713 m2
Parcela	16	7.989 m2
Parcela	17	4.031 m2
Parcela	18	4.542 m2
Parcela	19	8.571 m2
Parcela	20	11.390 m2

As parcelas 2, 3 e 4 foram compradas directamente aos seus proprietários. As restantes foram sujeitas um processo de expropriação o qual ainda se encontra em curso. Ao nível das Demonstrações Financeiras, estas incluem apenas as parcelas de terrenos cuja titularidade já tenha sido atribuída à PERM à data de 31 Dezembro de 2014.

## 5) Financiamento

O financiamento da construção do PERM tem 4 vertentes:

- Candidatura QREN – ON2;
- QREN Empréstimo Quadro;
- Suprimentos dos detentores do capital aprovados, que nesta consolidação estão tratados como financiamentos;
- Vendas dos lotes.

7 de Novembro 2012  
A  
R  
S  
A

Foi promovida uma candidatura ao QREN – ON2 a qual foi aprovada e que corresponderá a cerca de 62% do valor do investimento no PERM. Nesta candidatura, estão incluídas rubricas como a aquisição de terrenos, a construção, estudos técnicos, honorários e trabalhos especializados.

Quanto ao Empréstimo Quadro, foi celebrado um contrato de financiamento reembolsável no valor de 1.356.200,00 €, pelo prazo de 14 anos, podendo este atingir um montante pré-aprovado de 3.483.267,00 €. O financiamento contará com um período de carência de 3 anos e com reembolsos semestrais.

As restantes necessidades de financiamento da PERM serão asseguradas pelo parceiro privado através da realização de suprimentos, conforme contrato celebrado. Nesta consolidação esta situação está apresentada como financiamento, por se tratar de um financiamento de uma entidade externa ao Grupo Autárquico AMTSM.

Finalmente, será utilizado para financiamento do PERM, as verbas asseguradas pelos contratos de promessa compra e venda dos lotes vendidos e, posteriormente, pelas respectivas escrituras.

Para subsidiar actividade operacional o parceiro privado “ABB” concedeu um subsídio à exploração no montante de 86.100,00 €, o qual encontra-se a ser imputado a rendimentos por um período de 27 meses, com início em Outubro de 2012, uma vez que se estimava ser este o período necessário para a realização da obra.

## 2.5. Centro de Recolha /Canil

A construção do Centro de Recolha /Canil – Intermunicipal do Entre Douro e Vouga teve como objectivo principal a defesa da Saúde Pública e do meio ambiente, adoptando medidas de vigilância epidemiológica, profilaxia médica, profilaxia sanitária e polícia sanitária. O projecto tem permitido disponibilizar um conjunto de serviços para apoio à comunidade, como por exemplo: Serviço de Identificação; Serviço de Apoio Técnico – Observação Clínica; Serviço de Occisão; Serviço de Adopção. As câmaras municipais, de acordo com as normas e sob a responsabilidade dos médicos veterinários municipais, procedem à recolha ou captura dos animais, alojando-os no Centro de Recolha onde permanecerão no mínimo oito dias para serem reclamados.

O Canil Intermunicipal encontra-se em pleno funcionamento desde 2008 e tem contribuído activamente para a melhoria dos problemas de saúde pública e protecção do meio ambiente, relacionados com esta

tipologia de animais de companhia. Tendo em vista um melhor funcionamento e correspondente serviço para os municípios, serão implementadas metodologias de gestão, que proporcionem a optimização das despesas associadas. Por outro lado, serão activamente reforçadas as iniciativas que promovam directa ou indirectamente a adopção destes animais de companhia, dado o crescente abandono de animais que se tem verificado e que se prevê que continue, numa tendência crescente face ao clima socioeconómico actual. Seguidamente apresentamos quadros síntese do movimento animal no CIAMTSM:

MOVIMENTO ANIMAL								
ENTRADAS					SAÍDAS			
Recolhidos	Entregues	Ciamtasm	Outros	Sequestro	Reclamados	Adoptados	Morte Natural	Abatidos
1015	336	97	5	4	28	436	222	730
1457					1416			
CADÁVERES DE ANIMAIS					ATENDIMENTO AO PÚBLICO			
ENTRADAS			SAÍDAS		ANIMAIS			
Recolhidos	Entregues	Ciamtasm	Cremados		VACINAS		MICROCHIPS	
286	38	952	1276		344		397	
1276			1276					

A 25 de Setembro de 2013, teve início a prestação de serviços Gestão de animais errantes, ao Município de Estarreja, pelo período de 12 meses; neste ano, a AMTSM recebeu 27 animais daquele Município, a € 19,00/animal (o que perfaz € 418,00) e € 578,57/custos fixos mês, o que totaliza o valor de € 7.360,84.

Na continuação deste processo, esta Associação foi consultada pelo Município de Estarreja, no sentido de apresentar proposta de preço, para Procedimento de Ajuste Directo Regime Normal - Aquisição de serviços de Gestão de animais errantes, no Concelho de Estarreja, para o período global de 36 meses, com possibilidade de denúncia no final de cada período de 12 meses, para o número máximo de 248 animais, para o limite máximo de € 25.540,52, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, conforme se discrimina:

- Custos fixos: € 20.828,52, para um prazo máximo de execução de 36 meses e para o número máximo de 248 animais;
- Custos variáveis: € 19,00, por animal para o máximo de 248 animais.

Os custos serão facturados mensalmente.

Em 2014 o Canil Intermunicipal completou seis anos de funcionamento ocorrendo algumas das necessárias obras de manutenção daquela infra-estrutura, com o valor de € 6.943,38 (IVA incluído);

A nível de recursos humanos o Centro de Recolha / Canil Intermunicipal da AMTSM dispõe de uma funcionária auxiliar e de uma assistente técnica (que em 2014 iniciou licença de parentalidade).

## 2.6. Educação

Nesta área, a AMTSM elaborou a Candidatura "TEC Escolas EDV" ao PO da Região Norte (QREN), no valor de € 423.360,00, de investimento total, com uma comparticipação de 75%. Com esta candidatura, pretende-se garantir uma adequada utilização no contexto pedagógico-didáctico e colaborativo em contexto de sala de aula e pela comunidade escolar de TEC. Os objectivos genéricos desta iniciativa são a integração das TIC nos processos de ensino e aprendizagem, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação contribuindo para a promoção do aumento da competitividade da região.

A AMTSM teve a seu cargo a coordenação da operação cabendo-lhe a responsabilidade de elaborar e submeter os pedidos de pagamento da operação, contudo coube aos Municípios (beneficiários) assegurar a cobertura financeira desta Candidatura.

Neste Projecto, os fluxos financeiros (despesa e receita) passam directamente pelos Municípios Associados da AMTSM, cabendo a esta Associação a elaboração e apresentação dos Pedidos de Pagamento; ou seja, a AMTSM foi meramente intermediária não tendo passado por esta Associação qualquer fluxo financeiro, uma vez que toda a despesa foi efectuada por cada um dos Municípios, sendo a correspondente receita sido recebida directamente pelo Município beneficiário.

A 19 de Outubro de 2010 foi celebrado contrato de financiamento com a AMTSM, e os Municípios de Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Vale de Cambra, para o custo total elegível de € 385.196,58, com uma taxa de financiamento de 80%.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a circled '21' and several illegible signatures.

Em 2012 foi solicitada uma prorrogação física e financeira desta candidatura até ao 1º semestre de 2013, com custo total elegível de € 240.619,73, tendo sido aprovada reprogramação até 30 de Junho de 2013 e a alteração do custo elegível para € 240.619,73, com taxa de financiamento de 85%.

A 14 de Janeiro de 2014 a Autoridade de Gestão aprovou nova reprogramação física, desta Candidatura "TEC Escolas EDV" até 31 de Março de 2014.

A 12 de Junho de 2014, a AMTSM recebeu a visita de acompanhamento do ON.2, tendo submetido o Relatório Final desta operação a 11 de Agosto de 2014.

Actualmente a AMTSM aguarda pela validação do Relatório Final e consequente encerramento da operação.

## **2.7. Sistemas de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA) – POFC - Compete**

A referida Candidatura resultou dum trabalho conjunto da Associação com quatro dos seus cinco Municípios: Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e S. João da Madeira. De referir, que somente o Município de S. João da Madeira não havia apresentado candidatura aos SAMA numa primeira fase, tendo as candidaturas dos restantes Municípios sido consideradas como não elegíveis.

A 04 de Novembro de 2013, a Candidatura submetida pela AMTSM ao Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (Projecto n.º 37342), no valor de € 2.230.609.70, foi considerada elegível com um valor de € 1.565.743,60, com uma taxa de participação de 85 % (valor financiado de € 1.330.882,06).

A Associação recebeu a comunicação oficial do COMPETE-POFC a 15 de Novembro de 2013, com os valores definitivos (valor total apresentado de € 2.230.609.70, valor considerado elegível de € 1.565.743,60, taxa de participação de 85 % (valor financiado de € 1.330.882,06).

O Termo de Aceitação foi assinado a 16 de Abril de 2014.

*[Handwritten signatures and initials]*

Neste sentido, a 01 de Julho de 2014, foi apresentando ao SAMA-COMPETE um Pedido de Reprogramação física, temporal e financeira da operação.

O SAMA-COMPETE deferiu o pedido de Reprogramação física, temporal e financeira da operação a 25 de Setembro de 2014, mantendo-se a distribuição de verbas entre a Associação e os Municípios, conforme quadro seguinte:

	<b>Investimento Elegível</b>	<b>Incentivo</b>
<b>AMTSM</b>	8.748,98 €	7.436,63 €
<b>Município Santa Maria da Feira</b>	663.930,18 €	564.340,65 €
<b>Município Oliveira de Azeméis</b>	411.915,46 €	350.128,14 €
<b>Município S. João da Madeira</b>	280.494,26 €	238.420,12 €
<b>Município Arouca</b>	200.654,73 €	170.556,52 €
<b>Total</b>	<b>1.565.743,61 €</b>	<b>1.330.882,07 €</b>

A 31 de Dezembro de 2014 a taxa de execução do referido projecto era de 27,23%.

O Investimento elegível da Associação é relativo a custos com pessoal, tendo o respectivo pedido de pagamento sido efectuado já em 2015, e recebido por esta Associação a 13 de Março de 2015, no montante de € 7.430,66 do QREN POFC.

A 07 de Abril de 2015 a taxa de execução do referido projecto é de 36,16%.

## 2.8. Formação Profissional Projecto nº 075420/2012/34

O Projecto nº 075420/2012/34 – “Qualificação dos Profissionais do Administração Público Local”, decorreu dentro do previsto, tendo a sua execução física sido concluída em 2013 (até 31 de Dezembro de 2013).

Em termos financeiros, a sua conclusão ocorreu na primeira metade de Fevereiro de 2014, respeitando os 45 dias para conclusão daquela execução estabelecidos pelo POPH.

A 17 de Fevereiro de 2014, esta Associação recebeu o Pedido de Reembolso Intermédio 2/2013, no montante de € 60.893,08.

A 25 de Setembro de 2014, esta Associação recebeu o Pedido de Saldo Final deste Projecto, no montante de € 26.021,31.

O presente projecto resultou duma candidatura apresentada ao POPH em 2012, com a designação de Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local, para formação em sala.

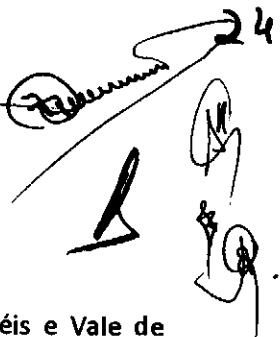
O valor aprovado foi de € 318.561,75, com uma taxa de financiamento de 79,08%, o que traduz num financiamento de € 251.918,63, tendo sido corrigido para o seguinte valor aprovado € 314.779,34, o que se traduz num financiamento de € 248.927,50 (taxa de financiamento de 79,08%).

A AMTSM recebeu € 240.152,15, o que corresponde a uma taxa de execução de 96,47%.

## 2.9. Transportes e Comunicações

Neste domínio, e atendendo à evidente necessidade de melhoramento da EN 224-1, em termos de ligação intermunicipal e eventual ligação à A32, o Conselho Directivo deliberou levar a cabo um procedimento de concurso público para a elaboração do Projecto de Rectificação da EN 224-1 e execução da Variante a Carregosa.

O contrato foi celebrado a 08 de Janeiro de 2013, com a empresa Geoestrutural, L.da pelo valor de € 50.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com o montante total de € 62.115,00.



Esta via de comunicação situa-se nos limites dos concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, mas praticamente todo o seu traçado se desenvolve no Município de Oliveira de Azeméis, mais concretamente na freguesia de Carregosa.

Os trabalhos arrancaram durante o ano de 2013, contudo, o contrato em questão, foi somente executado em 10%, tendo já sido facturado e liquidado o valor em questão, € 6.211,50.

Por incumprimento do contrato foram iniciadas as diligências administrativas para a denúncia do contrato.

## 2.10. Caminhos de Fátima

A AMTSM tem vindo a participar de forma activa nas reuniões de estudo e de preparação para a execução do projecto "Caminhos de Fátima", que de forma resumida, seguidamente se apresenta:

- Abordagem ao problema – que compreende a estabilização da metodologia e respectivos princípios orientadores;
- Discussões e validação da proposta – que compreende a estabilização dos estudos e pormenor de aproximação ao traçado final;
- Caracterização do traçado – que corresponde à fixação do traçado final;

Pretende-se uma ampla auscultação aos principais stakeholders bem como uma discussão aturada com os responsáveis municipais de forma a ser possível estabilizar, de forma consensual, o traçado final a propor.

Neste âmbito, foi aprovado pelo Conselho Directivo da AMTSM, a 25 de Setembro, a abertura de procedimento de ajuste directo - regime geral para aquisição de serviços de "Estudo do Traçado do Caminho de Fátima a partir do Porto", com preço base de € 35.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A 11 de Dezembro de 2014, no seguimento daquele procedimento, foi celebrado contrato com a empresa Sítios e Memórias, L.da, pelo valor de € 35.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos previstos no Caderno de Encargos.



## **2.11. Programa de dinamização da acção social (PDAS)**

Os 5 municípios do EDV, em conjunto com a AMTSM, numa perspectiva de dinamização de uma plataforma de concertação entre si, na área social, pretendem levar a cabo um possível programa de acção, activo e articulado entre os municípios, de carácter intermunicipal através de acções conjugadas.

Este “programa de dinamização da acção social no EDV” poderá ser perspectivado em duas componentes – uma, concretizada a nível de cada município, tendo em conta os benefícios que cada concelho pode previsivelmente retirar desta iniciativa conjunta. A outra componente tem um carácter inter/supra municipal, no sentido de vir a integrar um conjunto de acções e projectos que, embora respeitando a um dos municípios, sejam conjugados/partilhados com os outros (intermunicipal), ou mesmo iniciativas e projectos de facto comuns aos cinco ou a alguns deles (supra municipal).

Efectivamente, constata-se que nas tipologias de projectos que integram a ITI Norte – 2014/2020, quer no Eixo Prioritário EP7 – Inclusão Social e Pobreza quer no Eixo Prioritário EP8- Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, têm enquadramento os projectos que têm vindo a ser trabalhados no âmbito do EDV e que são os seguintes:

- **Programa Tele-assistência – Sistema Móvel**
- **Newsletter EDV Social**
- **Retrato Social do EDV**
- **Masterplan Social**

## **3. RECURSOS HUMANOS–GRUPO AMTSM**

### **3.1. Mapa de Pessoal**

Em 31 de Dezembro de 2014 o mapa de pessoal da AMTSM é constituído por 7 funcionários:

- 2 Técnicos Superiores (Engenharia Civil e Economia)
- 2 Assistentes Técnicas;

- 1 Assistente Operacional;
- 1 Coordenador Técnico;
- Secretário – Geral da AMTSM

O Conselho Directivo deliberou, na sua reunião de 25 de Novembro de 2010, nomear Secretário-Geral da AMTSM, o Eng. Joaquim Manuel Boavida Santos Costa, com efeitos a partir do dia 1 de Dezembro de 2010.

### **3.2. Programa Estágios Emprego (Portaria n.º 204/2013, de 18/06) – IEFP**

Durante o ano de 2014 foram concluídos os dois Estágios ao abrigo do Programa Estágio Emprego (Portaria n.º 204/2013, de 18 de Junho), para licenciaturas em Engenharia do Ambiente e Economia, os referidos estágios tiveram início a 01 de Outubro a 2013 e conclusão a 30 de Setembro de 2014.

## **4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – CONSOLIDADO CONTAS AMTSM E PERM, EIM**

O Balanço, a Demonstração de Resultados e as respectivas Notas Anexas, traduzem a situação económico-financeira do Grupo autárquico (AMTSM e PERM, EIM).

A análise económica e financeira que se apresenta seguidamente, procura resumir a situação financeira e os resultados obtidos no exercício de 2014.

### **4.1. Análise da Demonstração Resultados - Consolidado Contas AMTSM e PERM, EIM**

A situação económica das contas consolidadas AMTSM e PERM, EIM, no exercício de 2014 apresenta uma evolução em termos de proveitos e custos que espelha, com as devidas ressalvas, a actividade desenvolvida por este grupo, a concretização dos objectivos e o planeamento idealizado.

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Em termos de estrutura de Proveitos e Ganhos e Custos e Perdas, a decomposição é a seguinte:

**a) Custos e Perdas**

Os custos e perdas do exercício económico de 2014 totalizaram € 8.182.019,45, sendo as rubricas com expressão mais relevante, os fornecimentos e serviços externos (71,52%), Custos Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (17,58%), as amortizações do exercício (4,47%), os Custos e Perdas Financeiros (3,03%) e os custos com pessoal (2,53%) e os custos e perdas extraordinários (0,33%).

	Variação Ano 2013/2014 (em %)	2014		% s/ Prov.sO perac.	2013		% s/ Prov.sOperac.	
		Valor	% s/ total		Valor	% s/ total		
61	Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	118,34%	1.438.045,88 €	17,58%	18,19%	658.615,60 €	8,55%	8,74%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	-6,32%	5.851.607,26 €	71,52%	74,01%	6.246.441,98 €	81,06%	82,94%
64	Custos com o Pessoal	1,71%	207.044,28 €	2,53%	2,62%	203.558,74 €	2,64%	2,70%
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	-22,52%	44.550,89 €	0,54%	0,56%	57.496,31 €	0,75%	0,76%
66 + 67	Amortizações e Provisões do Exercício	0,12%	365.655,57 €	4,47%	4,62%	365.228,86 €	4,74%	4,85%
68	Custos e Perdas Financeiros	405,41%	248.215,55 €	3,03%	3,14%	49.112,12 €	0,64%	0,65%
69	Custos e Perdas Extraordinários	-78,66%	26.764,23 €	0,33%	0,34%	125.398,63 €	1,63%	1,67%
86	Imposto Corrente	-56,85%	135,79 €	0,00%	0,00%	314,69 €	0,00%	0,00%
<b>Total Custos Operacionais</b>		<b>4,99%</b>	<b>7.906.903,88 €</b>	<b>96,64%</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.531.341,49 €</b>	<b>97,73%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>		<b>6,17%</b>	<b>8.182.019,45 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>103,48%</b>	<b>7.706.166,93 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>102,32%</b>

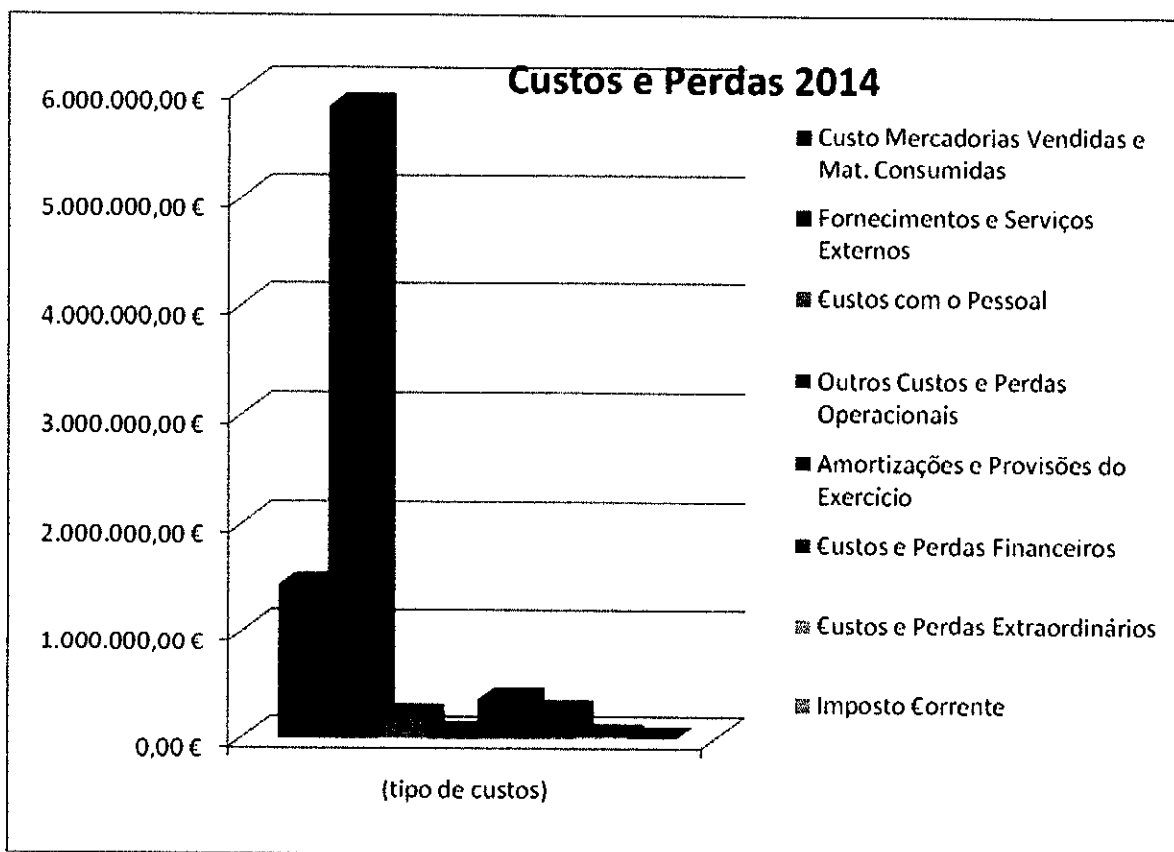
Assim, destaque para o elevado peso (relativo e sobretudo absoluto) do Fornecimentos e Serviços externos, com €5.851.607,26, decorrente essencialmente da contabilização nos "Fornecimentos e Serviços Externos" subcontratos celebrados para a construção do parque PERM.

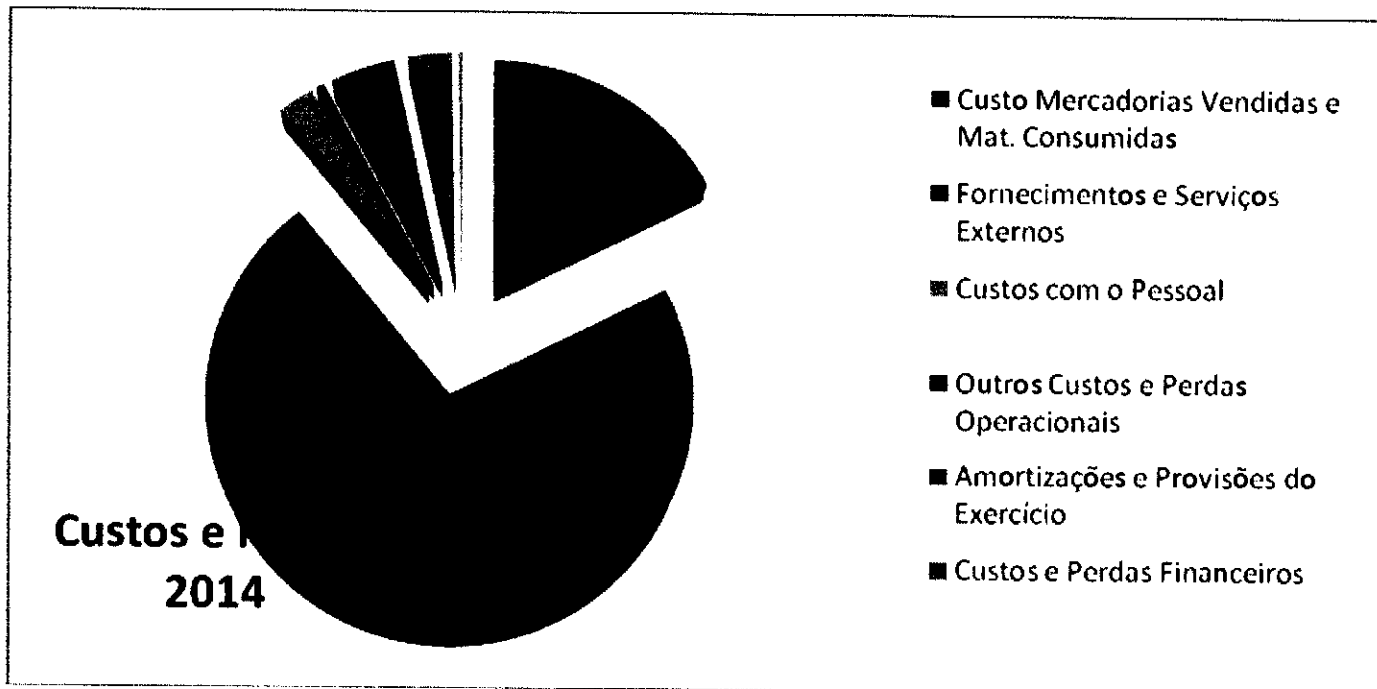
Destaque igualmente, para "Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas", com o valor de € 1.438.045,88, aquisição de terrenos e respectivos custos de aquisição e registos. À data de 31 de dezembro

de 2014, já se encontravam registados em inventário a totalidade dos lotes que foram sujeitos a expropriação, uma vez que a sua titularidade já tinha sido transferida para a PERM.

As “Amortizações” apresentam o valor de € 365.655,57, decorrente da aplicação das taxas de amortização do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) aos bens do grupo.

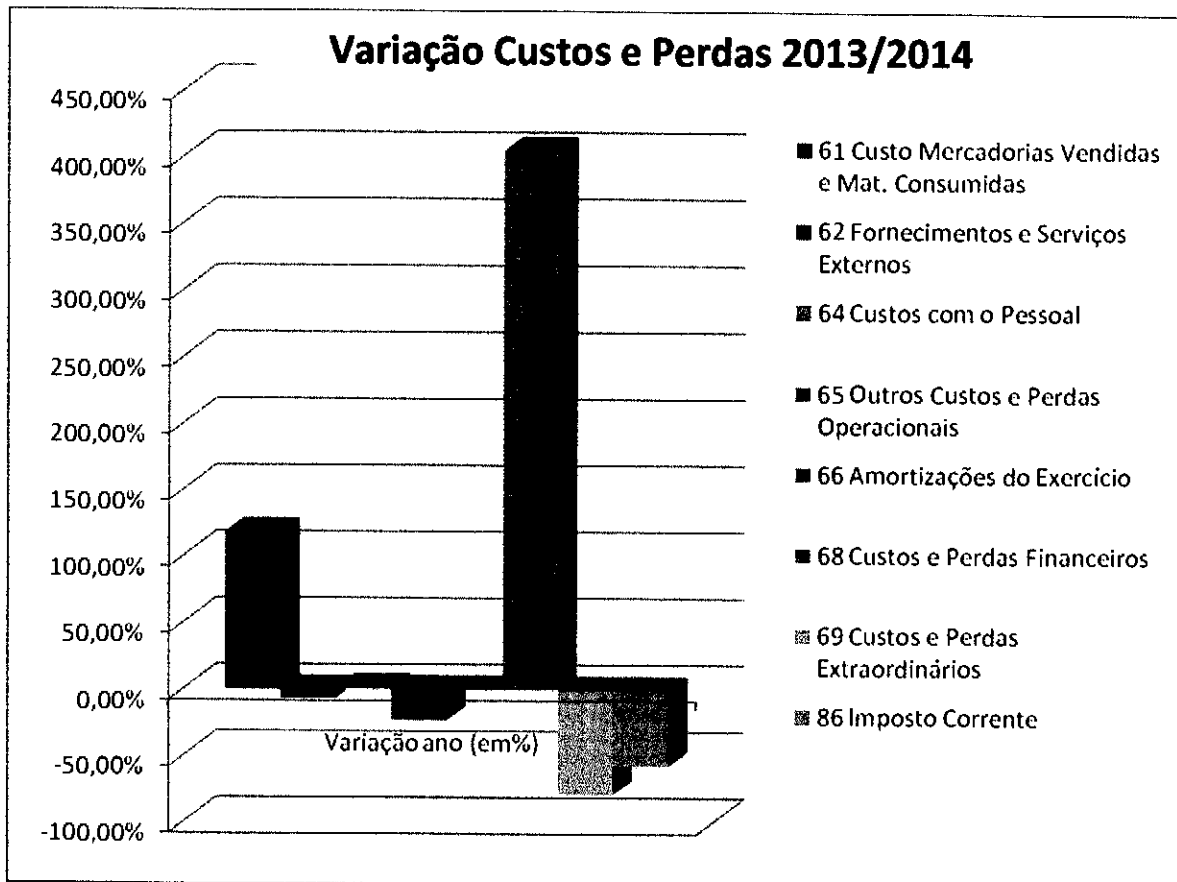
A rubrica “Custos e Perdas Financeiros” contemplam um elevado valor, € 248.215,55, justificado essencialmente por juros dos suprimentos (217.932 €) e juros da Agência de Coesão (ADC) (18.582,00 €), da PERM, EIM.





Em termos genéricos, e face ao exercício económico de 2013, houve aumento em 2014 de custos e perdas totais de € 475.852,52 (6,17% em termos relativos), sustentada pelo aumento dos Custos com Mercadorias Vendidas e Consumidas (em termos relativos conheceram um aumento de 118,34% face a 2013, contudo em termos absolutos aumentaram € 779.430,28 face ao ano anterior), dos Custos e Perdas Financeiros (em termos relativos conheceram um aumento de 405,41% face a 2013, mas em termos absolutos aumentaram € 199.103,43 face a 2013).

Variação Ano 2014/2013 (em %)		
61	Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	118,34%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	-6,32%
64	Custos com o Pessoal	1,71%
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	-22,52%
66 + 67	Amortizações do Exercício	0,12%
68	Custos e Perdas Financeiros	405,41%
69	Custos e Perdas Extraordinários	-78,66%
86	Imposto Corrente	-56,85%
<b>Custos Operacionais</b>		<b>4,99%</b>
<b>Total dos Custos e Perdas</b>		<b>6,17%</b>



Destaca-se o elevado aumento face a 2013, dos Custos e Perdas Financeiros, 405,41%, justificado pelos juros dos suprimentos (217.932 €) e juros da ADC (18.582 €), da PERM, EIM.

O Custo com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas conheceu a segunda maior subida, com 118,34% (€ 779.430,28), decorrente da aquisição de terrenos e respectivos custos de aquisição e registos.

Os custos com pessoal registaram um ligeiro aumento face a 2013, 1,71%, justificado essencialmente pela continuidade e conclusão dos dois Estágios Profissionais, iniciados a 01 de Setembro de 2013, ao abrigo da Portaria n.º 204/2013, de 18 de Junho, que regulamenta o Programa de Estágios Emprego; as respectivas comparticipações estão espelhadas nas competentes rubricas de receita.

Já os custos e perdas extraordinários custos diminuíram 78,66% em 2014, denotando o esforço no sentido de contabilizar os custos de cada ano no próprio ano, evitado assim as necessárias regularizações (AMTSM).

Os impostos correntes, conheceram uma diminuição de 56,85%, em termos relativos, contudo em termos absolutos o valor foi de somente de € 178,90, justificado pelo valor dos resultados individuais da PERM.

Os outros custos e perdas operacionais registaram uma diminuição de 22,52%, justificada pela redução da Taxa de Recursos Hídricos de 2013, debitada à AMTSM, cobrada em 2014.

Com uma diminuição em termos relativos de 6,32%, estão os Fornecimentos e Serviços Externos, que contudo apresentam uma redução em termos absolutos de € 394.834,72, justificada essencialmente pelos seguintes factores:

- ✓ Da parte da AMTSM, a redução dos FSE foi de € 121.498,54, consubstanciada nos seguintes pontos:
  - Conclusão nos dois primeiros meses de 2014 do Projecto n.º 07S420/2012/34 – “Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local” financiado a 79,08% pelo POPH;
  - Conclusão financeira em 2014 do Prestação de serviços de “Contratação de um Operador Regional de Televisão para Promoção e Divulgação do EDV”, tendo em 2014 sido efectuados os últimos pagamentos;
  - Conclusão financeira em 2014 da “aquisição de serviços para a AMTSM como SPONSOR regional, no âmbito do programa de comemoração dos 125 anos do JN”
  - Conclusão financeira da prestação de serviços “Apoio Técnico à AMTSM”

Sendo que, no ano de 2014 foi dada continuidade aos seguintes projectos:

- Prestação de serviços de “Documento Estratégico de Apoio ao Novo QREN”
- Aquisição de serviços de “Certificação Legal de Contas” – modalidade de avença

Tendo sido dado início, a alguns projectos, designadamente:

*Handwritten notes and signatures:*  
 (A) [Signature]  
 [Signature]

- Prestação de Serviços de Apoio Jurídico - modalidade avença

De destacar ainda, que em 2014, foi dado início uma nova metodologia de facturação pela empresa Luságua, S.A., que conforme solicitado por esta Associação passou a facturar mensalmente a Revisão de Preços, ainda que com valores provisórios, o que se traduz numa maior e melhor distribuição dos custos e correspondente pagamentos, ao longo do tempo, em lugar à facturação anual da totalidade da revisão de Preços. Esta facturação traduz-se num valor de € 156.503,29, o que justifica a diferença de valores de 2013 (€ 440.421,75) para 2014 (€ 605.491,87).

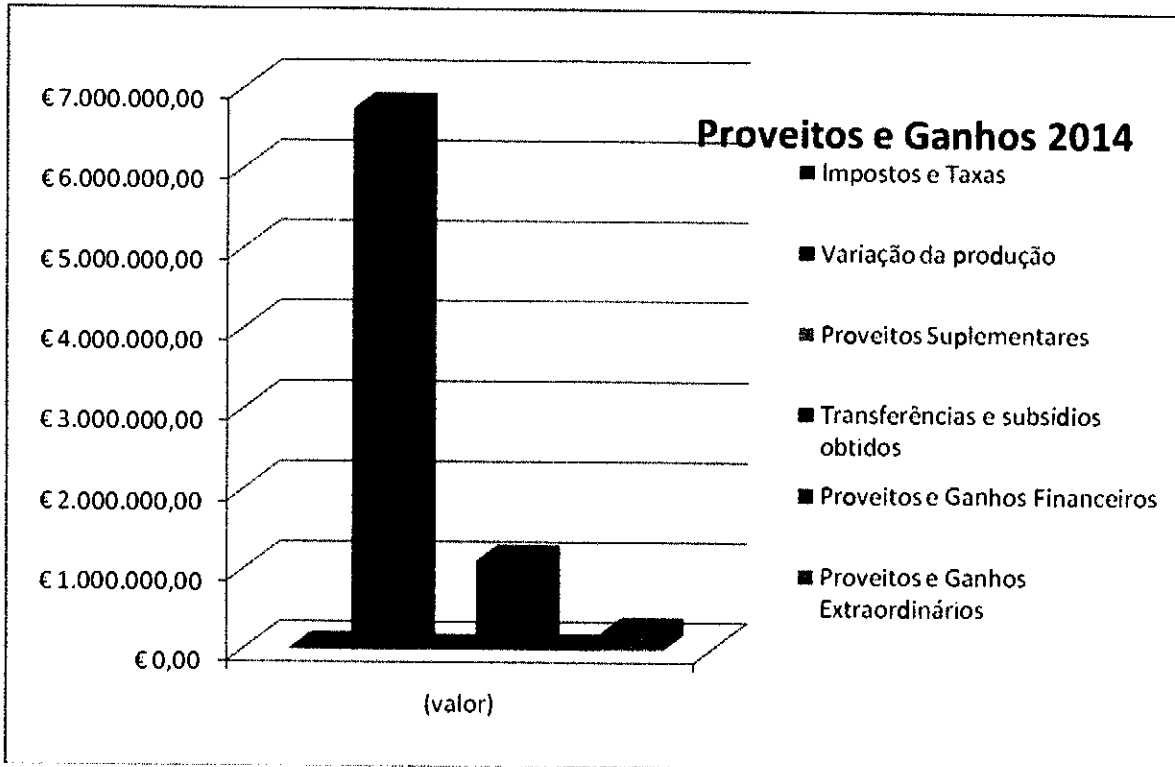
- ✓ Da parte da PERM, EIM, a redução dos FSE foi de € 273.336,18, decorrente da normal execução do parque subcontratos celebrados para a construção do parque da PERM.

### b) Proveitos e Ganhos

	Variação Ano (em %)	2014		2013	
		Valor	% s/ total	Valor	% s/ total
72 Impostos e Taxas	16,00%	€ 15.544,28	0,2%	€ 13.400,43	0,2%
(3) Variação da produção	11,56%	€ 6.740.907,21	83,3%	€ 6.042.211,02	78,2%
73 Proveitos Suplementares	0,00%	€ 450,00	0,0%	€ 0,00	0,0%
74 Transferências e subsídios obtidos	-18,05%	€ 1.115.244,67	13,8%	€ 1.360.807,80	17,6%
78 Proveitos e Ganhos Financeiros	19,54%	€ 529,83	0,0%	€ 443,24	0,0%
79 Proveitos e Ganhos Extraordinários	-30,95%	€ 215.732,47	2,7%	€ 312.441,63	4,0%
<b>Proveitos Operacionais</b>	<b>6,14%</b>	<b>€ 7.872.146,16</b>	<b>97,3%</b>	<b>€ 7.416.419,25</b>	<b>96,0%</b>
<b>Total dos Proveitos e Ganhos</b>	<b>4,6%</b>	<b>€ 8.088.408,46</b>	<b>100,0%</b>	<b>€ 7.729.304,12</b>	<b>100,0%</b>

Os proveitos do exercício totalizaram €8.088.408,46 para os quais contribuíram significativamente a Variação na Produção (83,30%) e as transferências e subsídios obtidos (13,80%) e o restante valor, foi praticamente “arrecadado” pelos Proveitos e Ganhos Extraordinários (2,70%), tendo os Impostos e Taxas contribuído com 0,20 %.



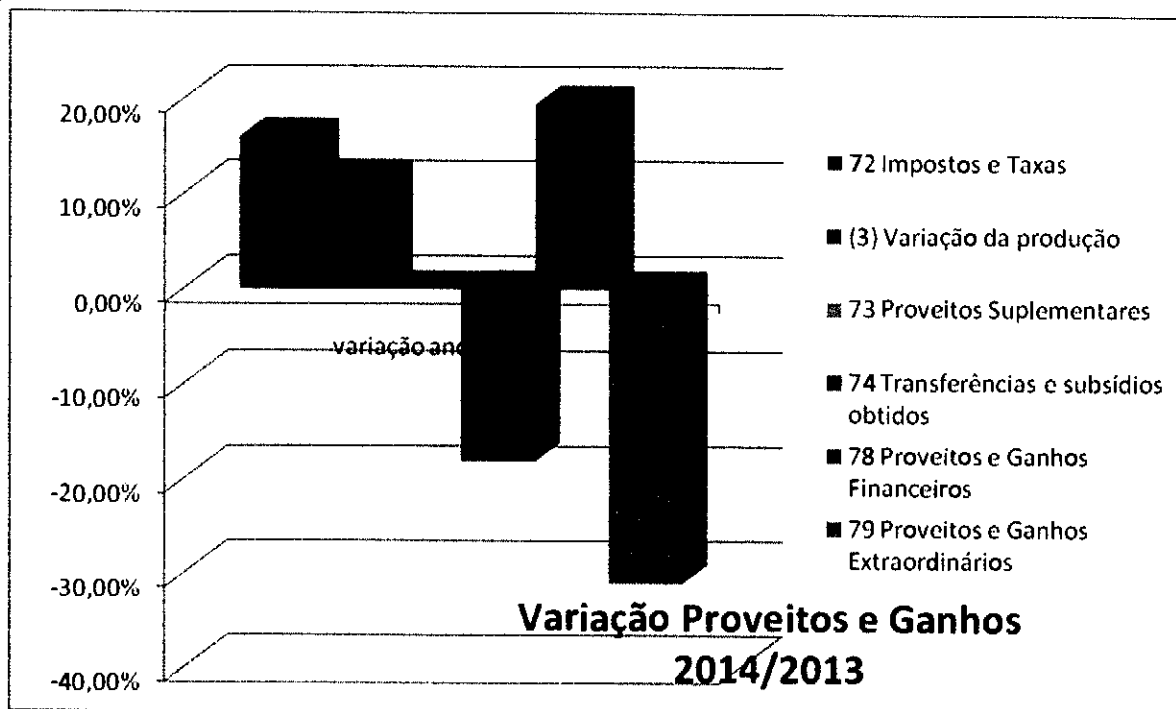


Variação Ano 2014/2013 (em %)		
72	Impostos e Taxas	16,00%
(3)	Variação da produção	11,56%
73	Proveitos Suplementares	0,00%
74	Transferências e subsídios obtidos	-18,05%
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	19,54%
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	-30,95%
<b>Proveitos Operacionais</b>		<b>6,14%</b>
<b>Total dos Proveitos e Ganhos</b>		<b>4,6%</b>

Face a 2013, constata-se um aumento dos proveitos de 2014, em 4,60%.

Este aumento justifica-se essencialmente, através da Variação da Produção e dos Impostos e Taxas.

À semelhança do ano anterior, os proveitos e ganhos financeiros, conheceram um aumento de 19,54%, em termos relativos, contudo em termos absolutos trata-se dum ligeiro acréscimo, € 86,59, referente à remuneração das contas de depósitos à ordem desta Associação.



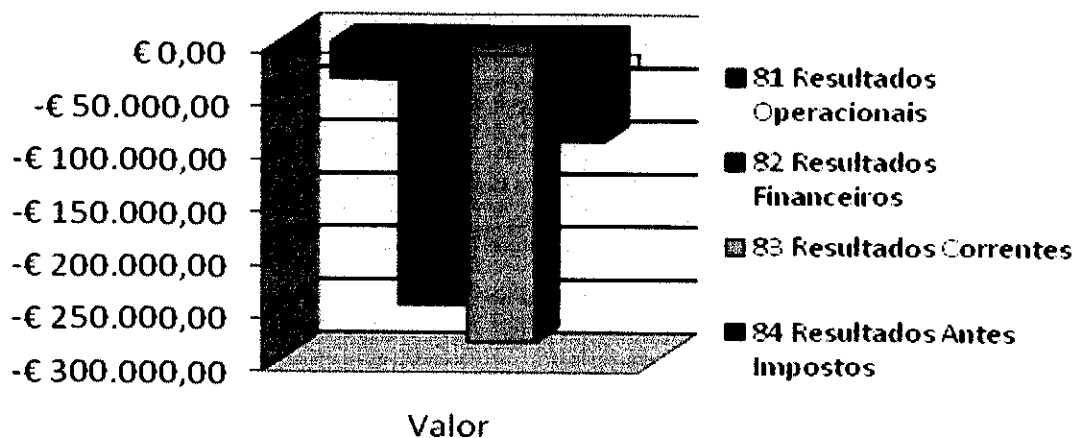
### c) Resultados

	Variação Ano (em %)	2014	2013
		Valor	Valor
Resultados Operacionais	-69,76%	-€ 34.757,72	-€ 114.922,24
Resultados Financeiros	408,92%	-€ 247.685,72	-€ 48.668,88
Resultados Correntes	72,65%	-€ 282.443,44	-€ 163.591,12
Resultados Antes Impostos	-498,58%	-€ 93.475,20	€ 23.451,88
<b>RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIOS/ INTERESSES MINORITÁRIOS</b>	<b>-504,59%</b>	<b>-€ 93.610,99</b>	<b>€ 23.137,19</b>

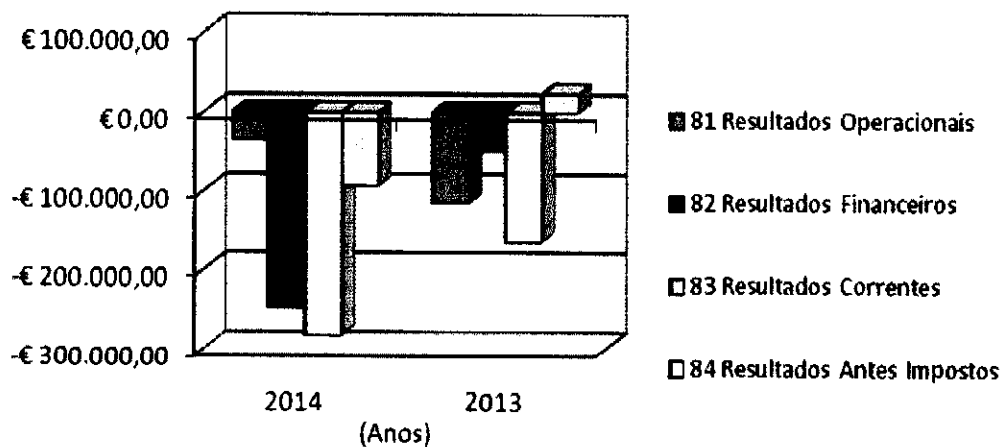
O Resultado Líquido do Exercício sem interesses minoritários, das contas consolidadas da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, para exercício económico de 2014, foi negativo em € 93.610,99.

O Resultado Líquido de 2014 apresenta um forte decréscimo face a 2013, € 116.748,18.

## Resultados 2014



## Resultados 2014/2013



Da leitura do gráfico anterior constata-se que face a 2013, em 2014 os Resultados Correntes aumentaram negativamente em € 118.852,32 (decorrente da forte diminuição dos Resultados Financeiros: € 199.016,84), justificando a diminuição dos Resultados Líquidos do Exercício de 2014.

#### **4.2. Análise Balanço – Consolidado Contas AMTSM e PERM, EIM**

O *Activo Líquido* do exercício totaliza € 24.985.506,67 evidenciando um aumento de €6.933.077,18, face ao exercício económico de 2013, o corresponde a um aumento de 38,41%, sustentado pelo aumento nas Existências (€ 6.740.907,21) e nas Dívidas de Terceiros – Curto Prazo (€ 648.541,48), em sentido contrário diminuíram as rubricas Imobilizado (€ 290.032,51), Depósitos Bancários e caixa (€ 120.848,08) e Acréscimos e Diferimentos (€ 45.490,92).

Deste modo, depreende-se que no seu conjunto o Passivo e os Fundos Próprios tenham aumentado no mesmo montante do Activo Líquido, € 6.933.077,18.

O Capital Próprio diminuiu em € 95.422,85.

Os Interesses Minoritários aumentaram em € 1.811,86, decorrente do Resultado Líquido.

Os financiamentos de Médio e Longo Prazo também viram o seu valor aumentar em € 2.958.130,05, resultando do aumento do financiamento da empresa Alexandre Borges Barbosa, S.A., bem como do Empréstimo Quadro celebrado um contrato de financiamento reembolsável no valor de 1.356.200 € pelo prazo de 14 anos, podendo este atingir um montante pré-aprovado de 3.483.267 €.

As Dívidas a Terceiros de Curto Prazo também viram o seu valor aumentarem € 183.280,74.

Os Acréscimos e Diferimentos também aumentaram, em € 3.885.277,38.

*(Handwritten signatures and marks)*

	2014	2013
Imobilizado Líquido	8.123.428,47 €	8.413.460,98 €
Investimentos Financeiros		
Circulante:		
Existências	13.488.569,98 €	6.747.662,77 €
Dívidas de terceiros – Curto prazo	3.163.204,19 €	2.514.662,71 €
Disponibilidades	189.802,88 €	310.856,13 €
Caixa	207,26 €	2,09 €
Acréscimos e diferimentos	20.293,89 €	65.784,81 €
<b>Total do Activo</b>	<b>24.985.506,67 €</b>	<b>18.052.429,49 €</b>

Capital Próprio	4.131.936,07 €	4.227.358,92 €
Interesses Minoritários	26.116,34 €	24.304,48 €
Passivo a Médio e Longo Prazo	5.455.637,98 €	2.497.507,93 €
Passivo a Curto prazo	3.750.512,02 €	3.567.231,28 €
Acréscimos e diferimentos	11.621.304,26 €	7.736.026,88 €
<b>Total dos Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>24.985.506,67 €</b>	<b>18.052.429,49 €</b>

### 4.3. Análise Indicadores – Consolidado Contas AMTSM e PERM, EIM

Estrutura do Balanço	2014		2013	
	em €	em %	em €	em %
Activo Circulante	16.862.078,20 €	67,49%	9.638.968,51 €	53,39%
Activo Maneável	3.373.508,22 €	13,50%	2.891.305,74 €	16,02%
Existência	13.488.569,98 €	53,99%	6.747.662,77 €	37,38%
Imobilizado	8.123.428,47 €	32,51%	8.413.460,98 €	46,61%
Passivo curto prazo	15.371.816,28 €	61,52%	11.303.258,16 €	62,61%
Passivo médio e longo prazo	5.455.637,98 €	21,84%	2.497.507,93 €	13,83%
Capital Próprio	4.131.936,07 €	16,54%	4.227.358,92 €	23,42%
<b>Total (Capital Próprio + Passivo)</b>	<b>24.985.506,67 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>18.052.429,49 €</b>	<b>100,00%</b>

De um modo geral, no que se refere à consolidação das contas da AMTSM, em 2014, relativamente ao exercício económico de 2013, houve alteração do desempenho financeiro, decorrente do esforço efectuado para execução do parque empresarial de materiais.

Assim, em 2014 verificou-se um aumento da Liquidez Geral, apesar da diminuição da Liquidez Reduzida (apurada com base no Activo maneável), a solvabilidade e autonomia financeiras do grupo diminuíram, tendo o endividamento aumentado, notando-se mesmo alteração na sua estrutura (aumento do Passivo Médio e Longo Prazo).

Pela análise das demonstrações e indicadores financeiros, percebe-se o esforço efectuado, para a execução do parque da PERM, ainda em construção, estando previsto o equilíbrio da situação com a venda dos lotes do parque. De realçar que o primeiro semestre de 2015 que irá agora terminar está a ser bastante satisfatório, estando mais de 60% do parque vendido.

<b>Indicadores Económicos e Financeiros</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Liquidez Geral (Activo Circulante/Passivo Curto Prazo)	1,10	0,85
Liquidez Reduzida (Activo Maneável/Passivo Curto Prazo)	0,22	0,26
Fundo Maneio/Activo Circulante	0,09	-0,17
Solvabilidade Total (Capital Próprio/Passivo Total)	0,20	0,31
Endividamento (Passivo Total/Activo total)	0,83	0,76
Estrutura Endividamento (Passivo Curto Prazo/Passivo Total)	0,74	0,82
Prazo médio de pagamentos (meses)	5,37	5,34
Prazo médio das existências (meses)	22,20	11,73
Produção/activo	0,27	0,33
Necessidades fundo maneio/produção	1,87	0,92
Taxa de crescimento da produção (%)	0,12	
VAB/produção	0,11	0,10
RLE/Capital Próprio	-0,02	0,06
Autonomia Financeira (Capital próprio/Activo)	0,17	0,23

40  


Estrutura de Custos	2014		2013	
	em €	em %	em €	em %
1 Vendas líquidas+Prest. Serv+Subsídios	15.544,28 €	0,23%	13.400,43 €	0,22%
2 Var. Produção+Trab.própria empresa	6.740.907,21 €	99,77%	6.042.211,02 €	99,78%
3 <b>Produção (1+2)</b>	<b>6.756.451,49 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.055.611,45 €</b>	<b>100,00%</b>
4 Custos Variáveis	1.438.045,88 €	21,28%	658.615,60 €	10,88%
5 <b>Margem Bruta (3-4)</b>	<b>5.318.405,61 €</b>	<b>78,72%</b>	<b>5.396.995,85 €</b>	<b>89,12%</b>
6 Fornecimento e Serviços externos	5.851.607,26 €	86,61%	6.246.441,98 €	103,15%
7 Custos com Pessoal	207.044,28 €	3,06%	203.558,74 €	3,36%
8 Amortizações + Provisões	365.655,57 €	5,41%	365.228,86 €	6,03%
9 Impostos+Outros custos-Outros Proveitos	-1.071.143,78 €	-15,85%	-1.303.311,49 €	-21,52%
10 <b>Resultado Económico de Exploração (5-6-7-8-9)</b>	<b>-34.757,72 €</b>	<b>-0,51%</b>	<b>-114.922,24 €</b>	<b>-1,90%</b>
11 Custos financeiros - proveitos financeiros	247.685,72 €	3,67%	48.668,88 €	0,80%
12 <b>Resultados Exploração (10-11)</b>	<b>-282.443,44 €</b>	<b>-4,18%</b>	<b>-163.591,12 €</b>	<b>-2,70%</b>
13 Resultado Extraordinário e de Apl. Financeiras	188.968,24 €	2,80%	187.043,00 €	3,09%
14 Imposto s/ rendimento exercício corrente	135,79 €	0,00%	314,69 €	0,01%
15 Imposto s/ rendimento exercício diferido		0,00%		
16 <b>Resultados Líquidos (12+13-14-15)</b>	<b>-93.610,99 €</b>	<b>-1,39%</b>	<b>23.137,19 €</b>	<b>0,38%</b>
17 <b>VAB (7-8-11-14-15-16)</b>	<b>-312.821,81 €</b>	<b>-4,63%</b>	<b>-233.790,88 €</b>	<b>-3,86%</b>
18 <b>AUTOFINANCIAMENTO (8+15+16)</b>	<b>272.044,58 €</b>	<b>4,03%</b>	<b>388.366,05 €</b>	<b>6,41%</b>
19 <b>MEIOS LIBERTOS TOTAIS (18+14+11)</b>	<b>519.866,09 €</b>	<b>7,69%</b>	<b>437.349,62 €</b>	<b>7,22%</b>



## 5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

Entretanto, no âmbito do Aviso de Abertura de Concurso para Apresentação de Candidaturas em regime de overbooking (SAAEL/1/2014-EPI), contemplando operações enquadráveis no Objetivo Específico "Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial", foi apresentada uma candidatura contemplando um conjunto de infraestruturas necessárias à implementação e valorização do PERM. O valor global apresentado foi de 1.098.529,64 €, estando-se a aguardar o resultado da referida candidatura.

Por seu lado, a AMTSM está a efectuar uma reanálise ao desempenho de todo o Sistema para eventuais acertos ou ajustamentos que se entendam como necessários e mais adequados à realidade existente, com a possibilidade da tipologia de trabalhos necessários à reabilitação do sistema, nas suas múltiplas vertentes, estar perfeitamente enquadrado nas tipologias das operações integradas na Gestão Eficiente do Ciclo Urbano da Água, conforme artigo 95º da Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de Fevereiro (Regulamento específico do domínio da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos – POSEUR), estando a AMTSM a preparar uma candidatura àqueles fundos.

## 6. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE

Conforme previsto nos "Documentos Previsionais 2015 – PERM", para o ano de 2015, as receitas próprias daquela empresa rondarão os € 5.200.000,00, decorrentes da celebração de escrituras de vendas deduzidas dos adiantamentos dos contratos de promessa compra e venda, até então celebrados.

As restantes receitas de venda estão previstas para o primeiro trimestre de 2016.

*Handwritten signature and number 42*

Pelo Estudo de Viabilidade Económica elaborado para o Projecto PERM, apresentamos os valores unitários de venda (Quadro síntese)

Preços previstos	
Preço Venda - Sector A1 a A9 e D10 a D18	m2/34,00€
Preço Venda - Restantes sectores	m2/39,00€
Desconto até 31 de Dezembro de 2013	m2/5,00€
Desconto a partir de 01/01/2014	10%

Adicionalmente a AMTSM prevê concluir os projetos que iniciou em 2014

## **7. ADMINISTRAÇÃO FISCAL E SEGURANÇA SOCIAL**

O Grupo não tem em mora dívidas fiscais ou parafiscais à data.

## **8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

É proposto pelo Órgão Executivo, que os resultados negativos de 93.610,99 euros (noventa e três mil seiscentos e dez euros e noventa e nove cêntimos), se mantenha em resultados transitados.

S. João da Madeira, 02 de Julho de 2015

O Conselho Diretivo da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Consolidado Contas Grupo Autárquico

AMTSM

**BALANÇO**

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '44' and various initials.

valores em euros

POC	ACTIVO	2014		2013	
		AB	AA	AL	AL
45	<b>IMOBILIZADO:</b> Bens de Dominio Publico				
432	Imobilizações incorpóreas: Despesas de investig. e desenvolvimento	1.739,22	1.477,23	261,99	523,98
		1.739,22	1.477,23	261,99	523,98
421	Imobilizações corpóreas: Terrenos e recursos naturais	219.357,63		219.357,63	219.357,63
422	Edifícios e outras construções	14.551.253,68	6.730.701,55	7.820.552,13	8.008.899,60
423	Equipamento básico	293.025,12	283.713,49	9.311,63	17.089,32
424	Equipamento de transporte	74.088,39	64.636,51	9.451,88	11.342,25
426	Equipamento administrativo	84.224,20	73.098,68	11.125,52	14.710,79
429	Outras imobilizações corpóreas	369.756,59	346.270,46	23.486,13	49.503,83
441/6	Imobilizações em curso	29.881,56		29.881,56	92.033,58
		15.621.587,17	7.498.420,69	8.123.166,48	8.412.937,00
	Investimentos financeiros				
	<b>CIRCULANTE:</b> Existências:				
35	Produtos e trabalhos em curso	13.488.569,98		13.488.569,98	6.747.662,77
		13.488.569,98		13.488.569,98	6.747.662,77



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a circled signature and the number '45'.

valores em euros

POC	ACTIVO	2014			2013
		AB	AA	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
24	Estado e outros entes públicos	2.542.194,49		2.542.194,49	1.373.122,67
264	Administração autárquico	243.908,16		243.908,16	417.613,24
262 a 268+221	Outros devedores	377.101,54		377.101,54	723.926,80
		3.163.204,19		3.163.204,19	2.514.662,71
	Títulos negociáveis:				
	Depósitos bancários e caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	189.802,88		189.802,88	310.856,13
11	Caixa	207,26		207,26	2,09
		190.010,14		190.010,14	310.858,22
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>				
271	Acréscimos de proveitos	18.479,15		18.479,15	63.187,99
272	Custos diferidos	1.814,74		1.814,74	2.596,82
		20.293,89		20.293,89	65.784,81
	<b>TOTAL DE AMORTIZAÇÕES</b>		7.499.897,92		
	<b>TOTAL DE PROVISÕES</b>				
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	32.485.404,59	7.499.897,92	24.985.506,67	18.052.429,49



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '46' and several illegible signatures.

valores em euros			
POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2014	2013
	<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>		
51	Património	5.273.729,95	5.273.729,95
	Reservas:		
571	Reservas legais	63.466,95	62.494,97
59	Resultados transitados	-1.111.649,84	-1.132.003,19
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>4.225.547,06</b>	<b>4.204.221,73</b>
88	Resultado líquido do exercício	-93.610,99	23.137,19
	<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>4.131.936,07</b>	<b>4.227.358,92</b>
	Interesses Minoritários	26.116,34	24.304,48
	<b>PASSIVO:</b>		
	Provisões		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
2311	Empréstimos de médio e longo prazo	5.455.637,98	2.497.507,93
		<b>5.455.637,98</b>	<b>2.497.507,93</b>
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
221	Fornecedores, c/c	3.264.096,03	3.074.464,40
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	18.175,81	5.218,27
24	Estado e outros entes públicos	9.665,12	9.062,45
264	Administração autárquica		21.924,63
262 a 268+211	Outros credores	458.575,06	456.561,53
		<b>3.750.512,02</b>	<b>3.567.231,28</b>
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>		
273	Acréscimos de custos	276.043,41	119.635,31
274	Proveitos diferidos	11.345.260,85	7.616.391,57
		<b>11.621.304,26</b>	<b>7.736.026,88</b>
	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>20.827.454,26</b>	<b>13.800.766,09</b>
	<b>TOTAL CAP. PRÓPRIO, IM E DO PASSIVO</b>	<b>24.985.506,67</b>	<b>18.052.429,49</b>

valores em euros

POC	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2014		2013	
	<b>CUSTOS E PERDAS</b>				
61	Custo das merc. vendidas matérias cons <sup>o</sup> s				
	<b>Matérias</b>	1.438.045,88	1.438.045,88	658.615,60	658.615,60
62	Fornecimentos e serviços externos	-	5.851.607,26	-	6.246.441,98
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	163.931,22		165.227,09	
	Encargos sociais:				
645/B	Outros	43.113,06		38.331,65	
63	Transferências correntes concedidas e prestaç <sup>o</sup>		207.044,28		203.558,74
66	Amortizações do exercício	365.655,57		365.228,86	
67	Provisões		365.655,57		365.228,86
65	Outro custos e perdas operacionais	44.550,89	44.550,89	57.496,31	57.496,31
	(A).....		7.906.903,88		7.531.341,49
68	Custos e perdas financeiros		248.215,55		49.112,12
	(C).....		8.155.119,43		7.580.453,61
69	Custos e perdas extraordinários	-	26.764,23	-	125.398,63
	(E).....	-	8.181.883,66	-	7.705.852,24
86	Imposto Corrente		135,79		314,69
	(G).....		8.182.019,45		7.706.166,93
	Interesses Minoritários		1.024,26		1.811,86
88	Resultado líquido do exercício		-93.610,99		23.137,19
			8.089.432,72		7.731.115,98
	<b>PROVEITOS E GANHOS</b>				
71	Vendas e Prestações de Serviços				
72	Impostos e Taxas	15.544,28		13.400,43	
(3)	Variação do produção	-	6.740.907,21	-	6.042.211,02
75	Trobalhos para a própria entidade	-		-	
73	Proveitos suplementares	450,00			
74	Transferências e subsídios obtidos	1.115.244,67		1.360.807,80	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
77	Reversões de amortizações e ajustamentos		1.115.694,67		1.360.807,80
	(B).....		7.872.146,16		7.416.419,25
78	Proveitos e ganhos financeiros	529,83	529,83	443,24	443,24
	(D).....		7.872.675,99		7.416.862,49
79	Proveitos e ganhos extraordinários	-	215.732,47	-	312.441,63
	(F).....		8.088.408,46		7.729.304,12

RESUMO:	2014	2013
RESULTADOS OPERACIONAIS: (B) - (A)	-34.757,72	-114.922,24
RESULTADOS FINANCEIROS: (D - B) - (C - A)	-247.685,72	-48.668,88
RESULTADOS CORRENTES: (O) - (C)	-282.443,44	-163.591,12
RESULTADOS ANTES IMPOSTOS: (F) - (E)	-93.475,20	23.451,88
RESULTADO LÍQUIDO EXERCÍCIO COM IM: (F) - (G)	-93.610,99	23.137,19

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Consolidado Contas Grupo Autárquico

AMTSM







valores em euros

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2014		2013	
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
Recebimentos de Clientes	49.294,28		365.460,43	
Pagamentos a Fornecedores	8.042.140,03		6.901.077,10	
Pagamentos ao Pessoal	205.671,79		225.601,56	
Fluxos Gerados pelas operações	-8.198.517,54		-6.761.218,23	
Pagamento/Recebimento Imp. Rendimento	-563,20		496,45	
Outros Rec. /Pagamentos Actividade Operacional	1.273.108,64		1.299.079,18	
Fluxos Gerados antes das Rúbricas Extraordinárias	-6.925.972,10		-5.461.642,60	
Recebimentos relacionados rub. extraordinárias	30.268,38		125.730,50	
Pagamentos relacionados rubricas extraordinárias	26.763,56		125.398,63	
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>-6.922.467,28</b>		<b>-5.461.310,73</b>
<b>ACTIVIDADES INVESTIMENTO:</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Subsídios ao investimento	3.914.333,37		3.290.566,66	
Juros e proveitos similares	529,83		443,24	
Dividendos		3.914.863,20		3.291.009,90
Pagamentos respeitantes a:				
Imobilizações corpóreas	62.666,19		141.822,33	
Imobilizações incorpóreas		62.666,19	785,97	142.608,30
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>3.852.197,01</b>		<b>3.148.401,60</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos Obtidos	3.469.574,69		2.513.146,08	
Cobertura de prejuízos		3.469.574,69	2.571,98	2.515.718,06
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	511.444,64			
Juros e custos similares	8.707,86		5,00	
Aquisição de acções e quotas próprias		520.152,50		5,00
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>2.949.422,19</b>		<b>2.515.713,06</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>		<b>-120.848,08</b>		<b>202.803,93</b>
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e equivalentes no início		310.858,22		108.054,29
Caixa e equivalentes no fim		190.010,14		310.858,22
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>		-6.922.467,28		-5.461.310,73
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>		3.852.197,01		3.148.401,60
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>		2.949.422,19		2.515.713,06
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>		<b>-120.848,08</b>		<b>202.803,93</b>



*[Handwritten signature and scribbles]*

**ANEXO**  
**ÀS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
CONSOLIDADOS**





Handwritten signature and the number 51.

## **ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS**

O Balanço e a Demonstração de Resultados Consolidados relativas ao exercício de 2014, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), e com o regime financeiro estabelecido pelo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, previsto na Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro.

Todas as notas não aplicáveis foram eliminadas.

### **I. Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras**

#### **1. Relativamente às empresas incluídas na consolidação:**

- a) Associação de Municípios Teras de Santa Maria, com sede na Rua de Milheirós de Poiares, Edifício Villa Balbina, São João da Madeira, com o capital estatutário de 5.273.729,95 euros e Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, EIM (PERM, EIM), número único de matrícula e pessoa colectiva 509 042 201, registado na Conservatória do Registo Predial/Comercial de São João da Madeira, com sede na Rua de Milheirós de Poiares, Edifício Villa Balbina, São João da Madeira, com o capital social de 50.000,00 euros;
- b) A Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM) detém 51% do capital social da PERM, EIM.
- c) A AMTSM detém 51% do capital estatutário da PERM, EIM, pelo que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, as contas devem ser consolidadas.

Quadro síntese:

Designação	Sede	% detida do Capital Social	Capital Social	Capital Social detido
Associação de Municípios Teras de Santa Maria	Rua de Milheirós de Poiares, Edifício Villa Balbina - 3700-189 S. João da Madeira	Mãe	5.273.729,95	
PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais Terras de Santa Maria, EIM	Rua de Milheirós de Poiares, Edifício Villa Balbina - 3700-189 S. João da Madeira	S1,00%	50.000,00 €	25.500,00 €

2. Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação foram incluídas na consolidação.

7. O número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das empresas incluídas na consolidação ascende a 7 funcionários, todos a exercerem funções na AMTSM. A PERM, EIM não tem trabalhadores ao serviço. Os serviços de contabilidade, de monitorização e assistência técnica da obra e de Assessoria Jurídica e Fiscal são assegurados por prestação de serviços, incluídos na conta Fornecimento e Serviços Externos.

**III. Informações relativas aos procedimentos de consolidação**

10. “Diferenças de consolidação” – A participação financeira da AMTSM na PERM existe desde a data de constituição da PERM, pelo que não existem diferenças de consolidação.

14. As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas em 2014 são comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 2013.

A AMTSM, elaborou pela primeira vez demonstrações financeiras consolidadas, no entanto, ainda que dispensada de tal, optou por elaborar os comparativos a apresentar.

**V. Informações relativas a políticas contabilísticas**

23. Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados são:

*o) Imobilizado Corpóreo*

Os bens do activo imobilizado foram registados ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas, pelo método das quotas constantes, à taxa máxima, conforme a DR 25/2009, no caso da PERM, EIM. Para a AMTSM as amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes e às taxas máximas legalmente fixadas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, que aprovou o Cadastro e Bens do Estado (CIBE). Não existem diferenças entre o CIBE e o DR 25/2009, pelo que não foram considerados ajustamentos nas amortizações.

*b) Dívidas de e o Terceiros*

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

*c) Disponibilidades*

Os Depósitos em instituições financeiras, são expressos pelos montantes saldos de todas as contas de depósito, respectivamente.

*d) Acréscimos e Diferimentos*

O registo dos custos e proveitos na rubrica Acréscimos e Diferimentos, teve por base a sua imputação aos exercícios a que respeitam, nos termos do Princípio da Especialização do Exercício (ou do Acréscimo).

Este Princípio, refere que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que se referem.

Deste modo, nesta rubrica são contabilizadas despesas ainda não consumidas (Custos Diferidos – 272), tais como seguros e proveitos ainda não documentados, mas que devem de ser incluídos nas demonstrações financeiras e proveitos ainda não documentados (Acréscimos de Proveitos – 271), por exemplo, juros a receber numa aplicação financeira. Estes tipos de Acréscimo e Diferimentos ficam registados no Activo.

Por outro lado, existem também, custos ainda não documentados, mas que devem ser incluídos nas demonstrações financeiras (Acréscimo de Custos – 273), tal como é o caso do direito a férias e a subsídio de férias, adquirido no ano de 2014, mas que só vai ser pago em 2015. Outra situação que ocorre também são os subsídios de investimentos associados a ativos amortizáveis (Proveitos Diferidos – 274), receitas que só podem ser consideradas proveitos à medida que ocorrem os correspondentes custos. Estes tipos de Acréscimos e Diferimentos ficam registados no Passivo.

**VI. Informações relativas a determinadas rubrica**

25. “Despesas de Instalação” não aplicável. “Despesas de investigação e desenvolvimento”: relativa à aquisição de “programas de computador”, pela PERM, EIM.
27. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, os movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, encontram-se devidamente evidenciadas nos seguintes mapas:

**Ativo Bruto**

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
<i>De Imobilizações incorpóreas:</i> Despesas de investigação e desenvolvimento	1.739,22 €					1.739,22 €
<i>De Imobilizações corpóreas:</i> Terrenos e recursos naturais	219.357,63 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	219.357,63 €
Edifícios e outras construções	14.428.508,63 €		18.942,80 €	0,00 €	103.802,25 €	14.551.253,68 €
Equipamento básico	292.908,27 €		116,85 €	0,00 €	0,00 €	293.025,12 €
Equipamento de transporte	74.088,39 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	74.088,39 €
Equipamento administrativo	82.786,86 €		1.437,34 €	0,00 €	0,00 €	84.224,20 €
Outras imobiliz. corpóreas	369.756,59 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	369.756,59 €
Imobilizações em curso	92.033,58 €		55.126,07	0,00 €	-117.278,09 €	29.881,56 €
<b>Total</b>	<b>15.561.179,17 €</b>		<b>75.623,06 €</b>		<b>-13.475,84</b>	<b>15.623.326,39 €</b>

**Amortizações**

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação	Saldo Final
<i>De Imobilizações incorpóreas:</i> Despesas de investigação e desenvolvimento	1.215,24 €	261,99		1.477,23 €
<i>De Imobilizações corpóreas:</i> Edifícios e outras construções	6.419.609,03	324.568,32	-13.475,80	6.730.701,55
Equipamento básico	275.818,95	7.894,54		283.713,49
Equipamento de transporte	62.756,14	1.890,37		64.636,51
Equipamento administrativo	68.076,07	5.022,61		73.098,68
Outras imobiliz. corpóreas	320.252,76	26.017,70		346.270,46
<b>Total</b>	<b>7.146.512,95</b>	<b>365.393,54</b>	<b>-13.475,80 €</b>	<b>7.498.420,69</b>

32.

Estado	2014	2013	%
Pag. Especial Conta	2.699,11 €	2.450,60 €	10%
Imposto Estimado	- 135,79 €	- 314,69 €	-57%
Retenções IR	- €	- 300,00 €	-100%
Iva Dedutível	2.539.495,38 €	1.370.672,07 €	85%
<b>Saldo Final</b>	<b>2.542.058,70 €</b>	<b>1.372.507,98 €</b>	<b>85%</b>
<b>Saldos Devedores</b>	<b>2.542.058,70 €</b>	<b>1.372.871,19 €</b>	
<b>Saldos Credores</b>	<b>- €</b>	<b>- 363,21 €</b>	

As Declarações Fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades tributárias durante um período mínimo de 4 anos. Deste modo, as declarações fiscais referentes ao exercício de 2014 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da PERM, EIM, entendeu que as eventuais correcções resultantes de revisões por parte das autoridades tributárias, não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras à data de 31 de Dezembro de 2014.

33. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vença, para além de cinco anos:

Financiamento da Agencia de desenvolvimento e Coesão

ADC	2014	2013	%
Saldo Inicial	- €	- €	0%
Aumentos	1 356 200,00 €	- €	100%
Diminuições	- €	- €	0%
Saldo Final	1 356 200,00 €	- €	100%

38. Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros.

No que se refere às empresas incluídas no perímetro de consolidação, à data de 31 de Dezembro de 2014, a situação fiscal encontrava-se regularizada, não havendo pagamentos nem contribuições em mora.

Imposto sobre o Rendimento – IRC:

A variação nesta rubrica prende-se com o reforço dos Pagamentos Especiais por Conta, e estimativa de IRC a pagar em 2015.

39. Remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos de administração, de direcção, de gerência ou de fiscalização.





*[Handwritten signatures and initials]*

## Relação Nominal dos Responsáveis da AMTSM

<b>Gerência</b>	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014
-----------------	---------------------------------------

Nome	Situação na Entidade	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
José Alberto Freitas Soares Pinheiro	Presidente do Conselho Directivo	€ 0,00	01/01/2014 a 31/12/2014	Rua da Estrada, nº 192, 3730-S33 Codal Vale de Cambra
Emídio Ferreira dos Santos	Vogal do Conselho Directivo	€ 0,00	01/01/2014 a 31/12/2014	Rua das Levadas, nº 88, 4505-296 Fiães Santa Maria da Feira
Hermínio José Sobral Loureiro de Gonçalves	Vogal do Conselho Directivo	€ 0,00	01/01/2014 a 31/12/2014	Rua do Marco – Edifício S. Brás, nº 116, Macinhata da Seixa Oliveira de Azeméis
Joaquim Manuel Boavida dos Santos Costa	Secretário - Geral	€ 25.589,39	01/01/2014 a 31/12/2014	Rua Heróis de Ultramar, n.º 1114, Vilar de Andorinho 4400-252 Vila Nova de Gaia

### Relativamente à PERM, EIM:

#### Mesa da Assembleia Geral:

Ricardo Jorge de Pinho Tavares	Nif:	210325976	Presidente
Luís Miguel Pereira de Oliveira	Nif:	196489954	Vice-Presidente
António Magalhães	Nif:	208981775	Secretário

#### Conselho de Administração:

Emídio Ferreira dos Santos Sousa	Nif:	158997050	Presidente
Joaquim M. B. Santos Costa	Nif:	150702280	Vogal
Gaspar Barbosa Borges	Nif:	162071922	Vogal

Os membros supra mencionados não auferem quaisquer remunerações.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a circled '70' and '58'.

A AMTSM não tem órgão de fiscalização. No entanto dispõe de um ROC que no ano de 2014 auferiu a remuneração de 10.393,50 euros (IVA incluído).

44. **Demonstração consolidada dos Resultados Financeiros, como segue:**

(em euros)

Custos e Perdas	2014	2013
Juros suportados	239.507,69 €	49.112,12 €
Remunerações a títulos de participação		
Outros custos e perdas financeiros	8.707,86 €	€
Perdas relativas a empresas associadas		
<i>Resultados Financeiros</i>	<i>-247.685,72 €</i>	<i>-48.668,88 €</i>
	<b>529,83 €</b>	<b>443,24 €</b>

(em euros)

Proveitos e Ganhos	2014	2013
Juros obtidos	529,83 €	443,24 €
	<b>529,83 €</b>	<b>443,24 €</b>

45. **Demonstração consolidada dos Resultados Extraordinários, como segue:**

(em euros)

Custos e Perdas	2014	2013
Transferências de capital concedidas	8.090,22 €	
Correcções relativas a exercicios anteriores	17.760,89 €	125.398,63 €
Outros custos e perdas extraordinárias	913,12 €	
<i>Resultados Extraordinários</i>	<i>188.968,24 €</i>	<i>187.043,00 €</i>
	<b>215.732,47 €</b>	<b>312.441,63 €</b>

(em euros)

Proveitos e Ganhos	2014	2013
Correcções relativas a exercícios anteriores	30.268,38 €	125.730,50 €
Outros proveitos e ganhos extraordinários	185.464,09 €	186.711,13 €
	<b>215.732,47 €</b>	<b>312.441,63 €</b>

**VII. Informações diversas**

- 49. As Entidades incluídas na consolidação não apresentam dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 7 de Novembro.
- 50. Cumprindo o estipulado no art.º 210º do Código Contributivo informamos que a situação as Entidades não têm dívidas perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Órgão executivo

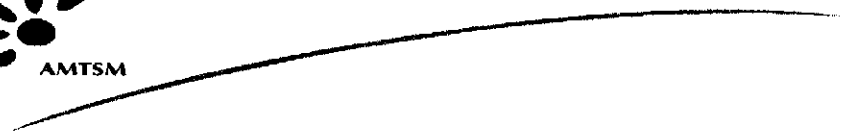
Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015

Órgão deliberativo

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015

# OUTROS DOCUMENTOS

7/11/2016  
B  
#  
Q.





Ano

2014

FL. 1/1

**Relação Nominal dos Responsáveis**

Gerência	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014			
Nome	Situação na Entidade	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
José Alberto Freitas Soares Pinheiro	Presidente do Conselho Directivo	€ 0,00	01/01/2014 a 31/12/2014	Rua da Estrada, nº 192, 3730-533 Cortal Vale de Cambra
Emídio Ferreira dos Santos	Vogal do Conselho Directivo	€ 0,00	01/01/2014 a 31/12/2014	Rua das Lavades, nº 88, 4505-296 Fíães Santa Maria da Feira
Herminio José Sobral Loureiro de Gonçalves	Vogal do Conselho Directivo	€ 0,00	01/01/2014 a 31/12/2014	Rua do Marco – Edifício S. Brás, nº 116, Macinhata da Seixa Oliveira de Azeméis
Joaquim Manuel Boavida dos Santos Costa	Secretário - Geral	€ 25.589,39	01/01/2014 a 31/12/2014	Rua Heróis de Ultramar, n.º 1114, Vilar de Andorinho 4400-252 Vila Nova de Gaia

61